

LUÍS AUGUSTO COSTA DIAS

Uma Anti-Seara em «Seara Nova»
Doutrina e crítica nos jornais e revistas juvenis
da década de 1930

No. 3, 2002

CADERNOS DO CEIS20

2



CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
Universidade de Coimbra

Com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

ENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DO SÉCULO XX

CADERNOS DO CEIS20

Publicados pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX e integrando trabalhos de pequena dimensão que constituem experiências de pesquisa e de reflexão efectuadas no âmbito das suas actividades, os **CADERNOS DO CEIS20** têm como objectivo ampliar o conhecimento e promover o debate de temas e de problemas do século XX. Cada número será apresentado publicamente e incluirá um breve resumo em inglês e francês.

Os **CADERNOS DO CEIS20** podem ser adquiridos directamente nas instalações do Centro, ou através de encomenda por carta, fax ou e-mail. Prevê-se a sua divulgação posterior através da Internet.

Coordenação: João Rui Pita

UMA ANTI-SEARA EM «SEARA NOVA»

Doutrina e Crítica nos Jornais e Revistas Juvenis da Década de 1930

Autor: Luís Augusto Costa Dias

Edição: CEIS20, Coimbra

Telefone: 239 852 607

E-Mail: ceis20@ci.uc.pt

Internet: www.uc.pt/ceis20

Design: FBA, Ferrand, Bicker e Associados

Impressão e acabamento: Carvalho & Simões

Depósito legal: 180495/02

ISBN: 972-8627-02-5

© 2002, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX

LUÍS AUGUSTO COSTA DIAS

UMA ANTI-SEARA EM «SEARA NOVA»

DOUTRINA E CRÍTICA
NOS JORNAIS E REVISTAS JUVENIS
DA DÉCADA DE 1930

COIMBRA, 2002
CEIS20

DOUTRINA E CRÍTICA NOS JORNAIS E REVISTAS JUVENIS
DA DÉCADA DE 1930

Para o António Braz de Oliveira.
Tanto quanto as palavras possam demonstrar
a elite privilegiada da amizade, elas
conjugam certamente a sua pessoa no singular

INTRODUÇÃO

O PENSAMENTO SEAREIRO ENTRE A CRISE DA REPÚBLICA E A CRÍTICA PELA REPUBLICANIZAÇÃO DA REPÚBLICA

OS DOIS ESTUDOS REUNIDOS na primeira parte deste opúsculo constituem os textos de duas conferências produzidas em diferentes ciclos e não apresentam, por isso, qualquer sequência previamente concebida. Tendo por traço comum resultarem de um inquérito histórico-sociológico – aliás, ainda em fase inicial – às elites intelectuais portuguesas nas primeiras décadas do século XX, os textos representam, porém, dois momentos de uma crise da consciência intelectual no nosso país que, segundo creio poder já intuir do conjunto de pesquisas sobre o problema, atingiu o seu paroxismo em meados da década de 1930: se a primeira abordagem ensaística procura pôr em relevo, por um lado, a natureza pequeno-burguesa do pensamento republicano progressista, tomado na dupla perspectiva filosófica e ética dos seus mais representativos discursos, ante a crise da própria República, e, por outro lado, o esgotamento da perspectiva demoliberal de renovo cultural e social que tais discursos consubstanciaram nas páginas do seu mais importante órgão literário; o segundo estudo desvenda já, no interior das próprias páginas da revista *Seara Nova*, a intromissão de um pensamento de renovação com que, não obstante a ausência de ruptura explícita com o grupo *seareiro* e sob formas ainda hesitantes, uma jovem geração de intelectuais se colocou num movimento de *republicanização da república*.

Em uma segunda parte, entendeu dever proceder-se a um conhecimento antológico de alguns e mais significativos desses textos de intervenção juvenil,

surgidos por vezes em ambiente polémico e sob a capa vigilante do corpo directivo *seareiro*: o próprio índice dos títulos escolhidos na publicação não deixa de revelar uma mostra da tematização central de problemas da cultura e da sociedade portuguesa da época. Por então, convém contextualizar, a recuperação realista entrava no campo estético em simultâneo com a ampliação das preocupações sociais na cena cultural portuguesa: nos debates que ora se iniciavam, as problemáticas do homem vinculavam-se cada vez mais à colectividade transpondo o pensamento para uma prática.

Os estudos que se apresentam constituem, pelo que acima se explicita e por uma implícita expressão inicial de abordagens, parte de um esforço sistemático de releituras de um passado, tanto mais próximo de nós quanto ainda inexacto, num campo de pesquisa interdisciplinar das correntes artísticas e dos movimentos intelectuais em Portugal na primeira metade do século XX. À equipa de que faço parte nesse projecto, no seu conjunto, devo o estímulo do esforço inaugural que aqui intento.

Coimbra, 1 de Maio de 2001

A REPÚBLICA E A ELITE SEAREIRA *

COMEÇANDO POR SITUAR NO PROCESSO TERMINAL do democratismos liberal oitocentista o movimento republicano de 1910 – sùmula e herança que este constituiu de toda uma tradição mais ou menos jacobina ou vagamente progressista que a intelectualidade teve condições de projectar na sociedade portuguesa do século XIX, desde o tímido *vintismo* e passando pelo episódio *patuléu* até ao «31 de Janeiro» –, não farei nem pretendo fazer uma afirmação surpreendente ao sugerir, pelo menos na perspectiva de história cultural e política em que me coloco, um marco inaugural para o século XX português: 1915 foi uma data charneira na história da cultura e do pensamento no nosso país.

Antes, com o propósito de iniciar aqui alguma sistematização dos problemas cruciais que atravessam os meus trabalhos de doutoramento em curso, dos quais não é menos importante um inquérito às elites intelectuais que cruzaram a primeira metade de novecentos, pretendo, com tal afirmação, contribuir para uma *ideia* do nosso século XX¹.

Isto significa colocar em equação algo que – neste ponto, sim, creio constituir hipótese de trabalho ainda não claramente formulada até hoje e a que importa dar mais aprofundados desenvolvimentos – poderei sumariar nesta afirmação: à

* Conferência apresentada no seminário *Portugal 1910-1926. Releituras de um Passado Inexacto*, organizado pelo Ceis20 em Novembro de 2000.

¹ Entre os poucos estudos históricos contextuais que remetem para problemáticas culturais e ideológicas entre os séculos XIX e XX, embora hoje raramente citadas, ainda estão por superar as sínteses de Augusto da Costa Dias: *Panorama Geral das Ideologias. 1890-1910*; e [A. da Costa Dias e Luísa Dacosta]: *Panorama Geral das Ideologias. 1910-1925*, in Oscar Lopes: *História Ilustrada das Grandes Literaturas. VIII. Literatura Portuguesa*, vol. 2, Edit. Estúdios Cor, Lisboa 1963, pp. 299-310; e 448-489.

crise da sociedade e da economia liberais correspondeu, com um atraso e um arrastamento que o domínio da cultura e das mentalidades normalmente conhece, uma crise do pensamento e da cultura liberais. Uma crise no sentido duplamente profundo em que pode recensear-se tanto em termos por assim dizer materiais, ou seja nos factos empíricos da reflexão e produção cultural e dos actos de cultura em geral, como em termos conceptuais, isto é no domínio dos valores propriamente contidos, implícita ou explicitamente, em tal produção.

Cabe, antes de mais, recordar que, depois de um predomínio simbolista-decadentista na transição de século, o escândalo do *Orpheu* (1915) conferiu ao ano da sua publicação um marco destacado no plano estético (mas também no campo cultural mais vasto), trazendo o *modernismo futurista* que essa revista inaugurou no nosso país, sobretudo pela mão de Almada Negreiros, Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro. A ideia de que o próprio tempo se acelerara – e descolava o sentido do presente de um passado, distante como próximo – constituiu novidade sobeja para que Almada o interiorizasse deste modo, como um começo quase absoluto:

*Viva a velocidade! O coração de minha mãe ainda era um coração de gente, o meu coração já é um hélice que abrevia o dia porque faz girar a Terra mais depressa! Viva a velocidade aceleradamente prénio! Morram a Saudade e o Regresso! [...] A minha Fortuna é o Século XX*².

Quadra justamente aqui o grito que se desprende da sinceridade poética de Sá-Carneiro:

– Ó mágica contemporânea – pois só nós,
Os de Hoje, te dobrámos e fremimos!

.....
Eia! Eia!

Singra o tropel das vibrações

Como nunca a exgotar-se em ritmos irradiados!³.

² Alma Negreiros: *K4 o quadrado azul* (1917), in *Obras Completas, Vol. IV: Contos e Novelas*, ed. I.N.-C.M., Lisboa 1999, p. 35.

³ Mário de Sá-Carneiro: *Manucre* (1915), in *Poemas Completos*, ed. Iassiro & Alvim, Lisboa 1996, p. 62.

O tempo histórico e mesmo, como se vê, a vivência da historicidade tornaram-se apropriáveis esteticamente como *modernidade*, introduzindo nas novas *fortunas* do Século a noção de uma subjectividade dinâmica, de uma intimidade conscientemente motora («hélice que [...] faz girar a Terra»). Aliás (e este é também um sinal temporal), a ideia de renovação das elites, nomeadamente culturais foi algo a que os primeiros modernistas se não mostraram estranhos, como exemplifica essa famosa diatribe, também de Almada Negreiros (precisamente, também, datada de 1915), à morte de Júlio Dantas, *pim...*

Tal escândalo estala, como alude o trecho novelístico acima, perante a pacatez do *saudosismo*, essencialmente passivo e contemplativo na proposta de um regresso à saudade como desenvolvimento de uma alma nacional, que representou uma derradeira construção nacionalista de raiz estética, com típica expressão na revista *A Águia*, órgão literário do movimento *Renascença Portuguesa*, criada sob o impulso da vitória republicana e reformulada sob a direcção emblemática de Teixeira de Pascoais.

Vale a pena, de passagem e para a questão fique aqui minimamente indicada, cotejar a medida do tempo que o mesmo Pascoais, arrastando os chinelos de tédio, inscreveu no editorial de abertura de *A Águia* para esse ano crucial de 1915:

Os dias passam devagar. ...

Sim: o momento presente, quase sempre de dor, por milagre de alegria, imobiliza-se dentro do seu relâmpago fugitivo...⁴

Já na mesma revista, um jovem colaborador, de obra ainda escassa e desconhecida em 1913-14, António Sérgio de Sousa, conduziu arrastada polémica contra o *saudosismo* de Pascoais, ao mesmo tempo que nas páginas de *A Vida Portuguesa* (1912-1915), órgão de intervenção político-social da mesma *Renascença*, terçava com Jaime Cortesão, futuro companheiro de percurso *seareiro*,

⁴ Teixeira de Pascoais: «O tempo (1914-1915)», in *A Águia. Órgão da Renascença Portuguesa*, n.º 37, vol. VII, 2.ª série, Porto 1915, p. 1.

contra o fundo patriótico e lusitanista das perspectivas *renascentistas*, acusando o futuro escritor dos *Ensaíes* no conjunto das polémicas – e em nome também de uma regeneração portuguesa – a «fumarada» de «uma minoria de literatos»⁵.

Estamos neste ponto, ao menos na epiderme dos intentos e dos programas, sob um signo de renovação, querendo-se esta pautada por valores nacionais (com mais ou menos pendor patriótico, ou a ele alegadamente alheio), outro dos vectores promiscuidos por vários sectores político-culturais dessa onda de regeneração pátria e de resgate nacional longe de se esgotar. E neste ponto, justamente, ainda o país se sentia ensombrado pela humilhação do *ultimatum* inglês de 1890, remate desastroso das esperanças liberais de interrogação sobre uma natureza e um destino da sociedade portuguesa que, desde a chamada *geração de 70*, constituíra um eixo central de reflexão e discursividade da pequena burguesia intelectual. Ora, Antero de Quental e Oliveira Martins, principalmente – mentores-em-chefe dessa geração *setentista* (como lhe chamou João Medina⁶) em cujos pressupostos formadores figurou uma tenção entre as ideias de revolução e reforma, de socialismo e democracia orgânica, de comunidade e elite, acabando por pender, em qualquer dos binómios, para os segundos termos, por vezes com chocantes desenlaces –, Antero e Martins foram, dizia, no plano social, cultural e político, os eminentes inspiradores dessa jovem *intelligentzia* progressista que convergiu sobre o projecto de uma nova seara de ideias. Na emergência de crise da I República (sobretudo a partir da conjuntura histórica nacional, que pretendo subjacente nesta análise, aberta pela I Grande Guerra e a perspectiva de entrada do nosso país no seu cenário) e logo após a sua definitiva derrocada (já numa outra conjuntura, que por ora deixarei omissa, aberta pelo assalto dos autoritarismos à cena dos vários poderes) – essa geração de liberais democratas de feição socialista procurou desenvolver e afirmar um modelo peda-

⁵ Ver, p. e., A. Sérgio: «Golpes de malho em ferro frio», *A Vida Portuguesa*, n.º 16 (2 Ag.), Porto 1913; id.: «Epístolas aos saudosistas», *A Águia*, n.º 22 (Out.), Coimbra 1913.

⁶ J. Medina: *A geração de 70, as Conferências do Casino e o socialismo*, introd. à antologia de textos *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*, Publicações Dom Quixote, Lisboa 1984, pp. 15–20 (recolha de textos que assegura a compreensão do trajeto da elite intelectual de que a geração de 70 se foi tomando consciência).

gógico de intervenção cuja novidade, relativamente ao socialismo de matriz antero-proudhoniana, residia na valorização de um sujeito íntimo e disciplinado para *agir*, conquanto sem mostras de ruptura com as generalidades do pensamento demoliberal.

Sem me demorar muito numa análise das raízes anteriores desta última geração progressista de intelectuais liberais que confluíram na construção do projecto *seareiro*, não deixarei de notar, para os aspectos que aqui mais directamente interessam, o sentido pessimista que a autoconsciência da chamada *geração de 70* transmitiu à ideia *seareira* de uma renovação cultural e mental cujo eixo se fixou na acção de uma elite esclarecida, a partir da sua própria constituição e das condições da sua influência ⁷.

Foi isto que procurou justamente estatuir o editorial de abertura de *Seara Nova* – texto que, redigido por Raul Proença, é um verdadeiro manifesto doutrinário do chamado *Grupo da Biblioteca Nacional* que ao projecto editorial deu origem –, e nele se estabelecia a seguinte justificação para a necessidade histórica do papel da inteligência num quadro particular de desastre nacional, mas era também proferida uma afirmação da exigência de uma nova hegemonização intelectual:

Todo o país tem de aceitar a responsabilidade que lhe cabe no desastre colectivo; todo o país e em especial a sua elite. A vida política de uma nação é, em grande parte, o reflexo da sua vida intelectual, dos seus movimentos de ideias, das aspirações mais profundas do seu escol. ⁸

É consabida (e não carece, portanto, aqui de mais pormenorização) a influência do apostolado anterior sobre a geração que projectou a revista *Seara Nova*, como é indiscutível o próprio sentido mobilizador dos seus intelectuais a partir

⁷ Creio estar ainda por completar o estudo do legado anterior no século XX, com prolongamentos directos até princípios dos *anos 40*, tendo ficado por concluir um trabalho de Pinheiro Torres sobre o assunto, particularmente em torno da revista *Pensamento* (1930-1940).

⁸ Raul Proença: «[Editorial]», *Seara Nova*, n.º 1 (15 Out.), Lisboa 1921, p. 1.

da figura do autor das *Tendências Gerais da Filosofia*. A esta luz, não pode, pois, ser visto como mera curiosidade o facto de o texto inaugural da vasta obra ensaística de António Sérgio corresponder a um longo estudo sobre o filósofo e poeta autor de *Odes Modernas*⁹, circunstância que recorro tanto menos ao acaso quanto o autor dos célebres *Ensaio*s encerra o período coincidente com a República compilando os dispersos de Oliveira Martins que mais o aproximaram das radicais soluções políticas conservadoras¹⁰. Sintomaticamente, fora esse, em termos lineares, o percurso extremo da própria *geração de 70* que vai da utópica modelação juvenil de um socialismo proudhoniano ao pragmático demissionismo final em nome da única redenção possível, a da excepcionalidade (Eça de Queirós diria a *verve intelectual*) da própria *geração* enquanto elite esclarecida.

Acontece neste ponto, porém, algo que deve verdadeiramente diferenciarse na natureza de ambos os processos de autoconsciência da valorização intelectual: a noção de elite que, na *geração de 70*, constituiu *efeito* do seu próprio curso histórico – resultado de um trajecto de progressiva desfocagem da elite intelectual em relação à realidade, dada a falta de correspondência que se entendeu existir entre as perspectivas dos espíritos esclarecidos e a massa –, representou para a *geração seareira* uma *causa* da própria transformação histórica em que os seus intelectuais se criam empenhados.

É finalmente tempo de analisar como, para a elite *seareira*, a constituição e dotação mental de uma *intelligentzia* era condição apriorística de toda a renovação: antes de mais, postulando-se uma reiteração (produção e reprodução) da própria elite esclarecida que, em seguida, deveria constituir a consciência activa (omnisciência e omnipresença) na condução dos destinos da comunidade. É nisto que, distanciados hoje sociologicamente desse progressismo epidérmico por tradição virtualizado na expressão *pensamento seareiro*¹¹,

⁹ A. Sérgio: *Notas sobre os Sonetos e as Tendências Gerais da Filosofia de Antero de Quental*, Lisboa 1909.

¹⁰ O. Martins: *Dispersos*, 2 vols., Lisboa 1923-24 (org. António Sérgio e Faria de Vasconcelos).

¹¹ Na mais recente tradição de defesa do progressismo seareiro, A. Rafael Amaro: *A Scara Nova nos Anos Vinte e Trinta (1921-1939). Memória, Cultura e Poder*, ed. Univ. Católica Portuguesa, Viseu 1995.

creio ter profundamente consistido a chamada e tão invocada reforma das mentalidades, essa que, na convicção sempre segura quanto obstinada de António Sérgio, corresponderia a uma ordem e a uma disciplina espirituais:

*Sei (ou julgo sabê-lo) como se barbarizou esta nação, e que haveria a fazer para a tirar de bárbara; e repito que a reforma mais importante – condição preliminar de todas as outras – é sempre A Reforma da Mentalidade; e que a disciplina mais necessária para termos a ordem a que todos visamos, não é a disciplina que provém da espada, da ditadura, da realza ou da polícia – mas a ordem, a honestidade e a disciplina intelectuais.*¹²

Tal reforma do(s) espírito(s) tem, desta feita, por base a criação de um estatuto intelectual, capaz de garantir, em face da tradicional elite republicana como da elite autoritarista em formação, as condições de uma mais vasta hegemonia social. Primeiro que tudo (se não basicamente, como procurarei demonstrar), essa condição de afirmação de uma subjectividade culta foi o que Fernando Catroga claramente distinguiu constituir «a autonomia da consciência individual e o estatuto ontico primordial do indivíduo na legitimação da sociabilidade»¹³. Estamos, neste ponto, no domínio da passagem da constituição à validação singular e plural dos membros da elite.

Mas, antes de inquirir em que consistiu esse estatuto singular – para o qual teremos de compulsar textos individualmente esclarecedores, no plano dos discursos filosófico e ético, de que respectivamente Sérgio e Proença representaram os mais acabados paradigmas (e deixando de lado, por ora, o estudo do mesmo problema ao nível do discurso ou registo estético a que recorri na abertura) –, procurar-se-á perceber em que condições, concomitantemente, os elementos mais esclarecidos dessa elite procuraram estabelecer o processo da sua hegemonia de grupo.

¹² A. Sérgio: «Explicações ao Ex.^{mo} Sr. Professor Martinho Nobre de Melo sobre as doutrinas Morais dos meus “Ensaio”», *Seara Nova*, n.º 50 (1 Ag.), Lisboa 1925, p. 37 (subl. do A.).

¹³ F. Catroga: *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal* [Dissertação de Doutoramento], vol. 1, Coimbra 1988, p. 98.

Para tanto, terá de regressar-se, uma vez mais, a 1915 para assistir ao momento crucial de reorganização das elites intelectuais em face do esgotamento da I República e dos problemas político-culturais levantados pelo seu torpor. Num esboço rápido da conjuntura histórica de então, não deverá esquecer-se que, ante o clima de crescente instabilidade no país à beira do debate sobre a participação no conflito mundial de 1914-18, aquele ano abre sob a Ditadura de Pimenta de Castro (Janeiro a Maio) que representou a primeira de um ciclo de episódicas e sucessivas tentativas de solução autoritarista da crise do poder político, a que se seguirá a *República Nova* de Sidónio Pais (Dez. 1917 a Dez. 1918), que se pretendia, apesar de tudo, escorada num movimento da opinião pública justamente denominado *sidonismo*, e a *trauliteira* e restauracionista *Monarquia do Norte* cuja Junta governativa foi dirigida por Paiva Couceiro (Jan. a Fev. 1919).

A este quadro de encruzilhada, deve juntar-se, por um lado, a crescente organização do operariado, sobretudo numa cintura industrial em formação em torno de Lisboa, ideologicamente escorada numa aguerrida intelectualidade anarquista que não deixou de desempenhar o seu papel durante o episódio sidonista, mesmo que a breve trecho e em grande parte desnorteada pelo fascínio distante da Revolução Soviética. Foi nesta altura que o anarco-sindicalismo deu os seus primeiros passos, desde a formação e reorganização da União Operária Nacional entre 1914 e 1917, difundida pelo boletim *O Movimento Operário*, seguindo-se-lhe em 1919 o aparecimento de *A Batalha*, órgão de imprensa oficial da Confederação Geral do Trabalho no mesmo ano criada.

Por outro lado, finalmente, emergem também então as ideologias reaccionárias mais extremistas, a partir de postulados monárquicos, de que o Integralismo Lusitano, organizado em 1914 sob a égide do jornal *Nação Portuguesa*, foi o mais importante, sem descurar próximas afinidades com a mais próxima tradição católica conservadora¹⁴.

¹⁴ M. Villaverde Cabral: *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, poder Político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Edit. Presença, Lisboa 1979; M. Braga da Cruz: *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, ed. Presença/Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa 1980.

A síntese, conquanto breve, da encruzilhada ideológica a que chegara a conjuntura histórica é marcada por Proença em uma missiva, de Maio de 1915, a Luís da Câmara Reis, fugaz na urgência do despertar, mas incisiva no rebate de sinos contra o rápido recrudescimento do activismo *integralista*:

*Era pois minha ideia publicar um panfleto onde podiam ter colaboração todos os republicanos independentes [...]. Apenas uma coisa seria exigida: a propaganda levantada e inteligente da Democracia*¹⁵.

Estamos chegados ao plano de um republicanismo independente e, sobretudo, ético, mesmo que radicado num progressismo ao jeito anterioriano, serôdio, desconjuntado dos agrupamentos sociais e essencialmente ideal:

*[...] a partir dum certo número de postulados iniciais, que eram os postulados da democracia liberal e socialista*¹⁶.

Ao notar a necessidade de um novo veículo de imprensa periódica pautado pela elevação da *inteligência e independência* de atitude, o sentido organizador de Proença procurava o que, desde há dois anos, não alcançara com as tentativas de dinamização de um autodenominado – de facto, inactivo¹⁷ – *Comité de Lisboa*, constituído no âmbito da actividade e da reflexão político-cultural da *Renascença Portuguesa* e com este movimento em rota de ruptura. O percurso e vicissitudes desta geração de jovens intelectuais, entre 1915 – quando rondavam os trinta anos – e 1921, de que data a fundação da revista *Seara Nova*, são já hoje

¹⁵ R. Proença: Carta a Câmara Reis (1 Maio 1915), publ. in *Seara Nova*, n.º 771 (23 Maio), Lisboa 1942, p. [226].

¹⁶ R. Proença: *Algumas palavras de proémio*, in *Páginas de Política*. [II], Lisboa 1939, p. 8.

¹⁷ Ver R. Proença: Carta a Jaime Cortesão (21 Jun. 1913), ms., in Lisboa BN, Arq. Cult. Portug. Contemp., Espólio de Jaime Cortesão, E25/860.

sobejamente conhecidos¹⁸, mesmo nas mais sinuosas curvas de encontro com as forças mais reaccionárias¹⁹.

Surgido no contexto catastrófico do quinquénio final da I República e explicitamente posicionado contra a rota descendente no interior de um muito heterogéneo campo republicano, aquele conjunto de ideias que poderemos designar por *pensamento seareiro*, mau grado a básica e sincera aspiração a uma finalidade histórica (construída, aliás, num itinerário da razão que se realiza na alteridade²⁰), acabou por quedar-se no absoluto, mais ainda enovelar-se na própria exaltação de ideias absolutas. Para o avaliar, vale a pena atentar num pormenor do trecho de *Apresentação da «Seara Nova»*, há pouco transcrito a partir das páginas da revista, num ponto em que, aparentemente gralhado na recuperação que Proença dele fez na compilação das suas *Páginas de Política*, em 1938, passou a omitir-se a responsabilidade do país e da sua elite especificamente «no desastre colectivo» da I República. E transcrevo, para relembrar o passo, sobre a versão omissa:

*Todo o país tem de aceitar a responsabilidade que lhe cabe; todo o país e em especial a sua elite.*²¹

¹⁸ Desde a abordagem didáctica de Gerald M. Moser: «The campaign of *Seara Nova* and its impact on portuguese literature, 1921-61», *Luso-Brazilian Review*, n.º 1 (Summer), vol. II, Madison 1965, pp. 15-42; M. Sottomayor Cardia: *Para a compreensão do ideário do primeiro grupo seareiro*, pref. a *Seara Nova. Antologia. Pela Reforma da República. 1921-1926*, Ed. Seara Nova, vol. I, Lisboa 1971, pp. 13-84; Jacinto Baptista: *A «Seara Nova», Raul Proença e António Sérgio*, in João Medina (dir.): *História Contemporânea de Portugal*, ed. Multilar, Lisboa 1990, pp. 27-33. Além de recentes dissertações de mestrado (Bib. Coment.), ver a edição temática de *Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 1-2, sér. 2 (Jan.-Dez.), Lisboa 1986.

¹⁹ Sobretudo M. Villaverde Cabral: *The Seara Nova Group (1921-1926) and the ambiguities of Portuguese liberal elitism*, Sep. de *Portuguese Studies*, v. 4, ed. The Modern Humanities Research Association, Londres 1988, pp. 181-195.

²⁰ Ver A. Pedro Pita: *Uma Estética da Inteligibilidade. (Re)leituras Searianas*, Coimbra Edit., Coimbra 1985, pp. 36-38.

²¹ Raul Proença: *Apresentação da «Seara Nova»*, in *Páginas de Política (1921-1924)*, Lisboa 1939, p. 85.

Tal omissão, longe de significar uma recusa de imediatidade da acção interventora da inteligência, parece colocar a salvo, como em seu último reduto, a integridade dessa inteligência e manter operativa a ordem sistemática do espírito – assim no-lo sugere o próprio Raul Proença na introdução com que baptizou a reunião da sua antologia política, a respeito de toda a evolução e precisão de ideias:

*Essa evolução foi determinada por uma sistematização que tem a sua razão de ser primordial na lógica íntima do espírito*²².

Trata-se, naturalmente, de um pormenor na efemeridade da prosa jornalística cuja posterior omissão, porém, num corpo antológico já distanciado da realidade de referência reforça a ideia mais duradoura de que, para lá de uma concretização da correspondência específica das ideias entre a elite e a comunidade (que é do domínio dos possíveis), o que permanece afinal sempre perene, independentemente de conjunturas, é a razão, a inteligência na sua essencial concreticidade. De outro modo dito, se, de acordo com a rigorosa filiação kantiana do racionalismo de Sérgio, o «pensamento, a Razão, é a verdadeira comunidade; [e] a verdadeira cidadania é a cooperação no racional»²³, a verdade é que, no limite,

*Só são históricos, portanto, os factos que tiveram efeito no espírito humano sobrevivendo, e a sua historicidade é proporcional à sua função humanizadora, à sua energia de progressão, à sua capacidade de servir de degrau à ascensão futura da humanidade*²⁴.

A avaliação da historicidade mesma da Razão é, a final de contas, obra julgadora, única e verdadeiramente concretizável, da instância subjectiva primordial, ou seja dos justos instrumentos da Razão individual. Tal limite acontece no racionalismo idealista, comum a Proença e Sérgio, dados os próprios atributos

²² *Id.*: *Algumas palavras de prómio*, in *Páginas de Política (1921-1924)*, Lisboa 1939, p. 9.

²³ A. Sérgio: *Educação e filosofia*, in *Ensaio*, t. I, Rio de Janeiro/Porto 1920, p. 119.

²⁴ *Id.*: *Espetros*, in *Ensaio*, t. I, ed. cit., p. 168.

da Razão, que convirá auscultar nos aspectos mais importantes da relação que se pretendia estabelecer entre pensamento e acção, em vista da obra renovadora que os intelectuais *seareiros* intentavam.

Questão central no pensamento filosófico dos principais mentores da *Revista de Doutrina e Crítica*, o conhecimento racionalista obedece a um rigoroso determinismo interno no sujeito – de modo lapidar, segundo a inscrição de Sérgio que vale a pena destacar:

*O critério da verdade é todo ele interior*²⁵.

Não importa, aqui, verificar essa evidência de que o racionalismo sergiano correspondeu a um idealismo objectivo (nem sequer, como se já percebeu, é aqui mister proceder a uma análise filosófica²⁶); mas, na sobrevalorização psíquica de um sujeito íntimo, é já importante constatar que, para Sérgio, o entendimento era radicalmente um acto *livre, espontâneo e dinâmico* que é o que caracteriza «o dom de se mover por de dentro»²⁷ – não longe da repugnância de Almada Negreiros à «maneira parada de se existir para fora»²⁸. Nisto, simplesmente nisto, creio residir o traço comum de uma subjectividade íntima (de raiz e tendencial aprofundamento psíquicos) que a *modernidade* traz com o começo do nosso século XX e que defino como fenómeno de *implosão do sujeito*, dominante na criação cultural portuguesa até finais da década de 1930, altura em que assistimos a uma des-subjectivização do sujeito.

Quanto a Sérgio, a sua definição do sujeito incluía «o ser consciente na totalidade dos seus aspectos: especulativo, sentimental e activo.»²⁹ E esta «prá-

²⁵ Id.: *Ensaíos*, t. IV, 2.ª ed., Lisboa 1959, p. 221.

²⁶ Remeto para os estudos de V. Magalhães Vilhena: *António Sérgio e a Filosofia*, Edições Cosmos, Lisboa 1960; e *António Sérgio. O Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa*, ed. Seara Nova, Lisboa 1964.

²⁷ A. Sérgio: *Notas de Esclarecimento*, Porto 1950, pp. 34-35.

²⁸ Almada Negreiros: *K4 O Quadrado Azul*, cit., p. 21.

²⁹ A. Sérgio: *Educação e filosofia*, in *Ensaíos*, t. I, ed. cit., p. 116.

tica» singular, sob o aprendizado socrático do homem como «medida de todas as coisas», exigiria

*[...] o pensamento do indivíduo quando o indivíduo realmente pensa, quando pensa criticamente, buscando a coerência consigo próprio e descendo à raiz do seu próprio ser*³⁰.

Ora, a maiêutica sergiana visava, assim, intimamente «dar a conhecer a cada alma humana – já que ninguém em consciência podia libertar os outros –, o processo da auto-libertação»³¹. O contrário, isto é qualquer programa de libertação colectivista, seria, de acordo com o besteiário político sergiano de repulsa por qualquer revolução violenta, obra do «demagogo» ou «jacobino». E, este, monstrosidade do materialismo seria o que

*[...] emprega meios de brutalidade que resultam sempre contraproducentes, tem mente simplista, nebulosa, incapaz de experimentalismo; e quase sempre, afinal, o que pretende é captar as paixões das plebes*³²

– enquanto ao másculo, porém sereno e aristocrático sujeito da elite, competia-lhe indicar os mecanismos da razão individual, por forma a

*[...] que cada um eleve no seu próprio espírito um duro soberano do seu mesmo eu, que submeta os impulsos e as ambições, os desejos e os sentimentos, ao ponto de vista racional que é o ponto de vista social.*³³

³⁰ Id., *ibid.*, p. 118.

³¹ Id.: «Sociedade e espírito, acção política e sinceridade intelectual», Seara Nova, n.º 230 (25 Dez.), Lisboa 1930, p. 212.

³² Id.: «A propósito da conferência do Prof. Magalhães Colaço», Seara Nova, n.º 81 (1 Abr.), Lisboa 1926, p. 172.

³³ Id.: «Aos jovens “seareiros” de Coimbra, sobre a maneira de lidar com os inimigos da luz e da razão», Seara Nova, n.º 87 (13 Maio), Lisboa 1926, p. 292.

Chegou, pois, altura de clarificar a perspectiva de que, se bem vejo (mas seguramente vejo, mal ou bem, diferente do que tem sido interpretado), a teoria do conhecimento no racionalismo sergiano surge como resultado, em primeiro lugar, da necessidade de encontrar respostas para a intervenção do indivíduo na prática social. Assim o diz Sérgio:

*A filosofia, estritamente, só se origina no momento em que a crise da Cidade acarreta a crise da Educação, que se manteve até aí política e tradicionalista*³⁴.

Tal é, a meu ver, o ponto de partida comum ao programa seareiro e a seus intervenientes, aquele mesmo que permitiu reunir, no seio de *Seara Nova*, espíritos de diversa proveniência político-social e diferente formação sócio-profissional. O objectivo ético-social de intervir na *Cidade* em um quadro democrático de regeneração nacional, resumiu-o Sérgio logo na abertura dos seus *Ensaios*:

[...] *considerar a nação de que somos parte e os grandes factores do seu destino*³⁵.

Porém, adverte de imediato, o primeiro de tais factores não está, ao contrário da ideia predominante entre os republicanos vencedores de 1910, na «conquista do poder político» a que a I República se resumira:

*... E foi tudo: para os verdadeiros problemas ninguém olhou; nos alicerces da Democracia não pensou ninguém*³⁶.

Neste ponto, já o sabemos, o grande alicerce consistiria nessa ampla reforma, reatada a partir do utopismo anterior de criação de um mundo pequeno-burguês de proprietários e cidadãos, da qual Sérgio desenvolveu os pilares que consistiriam na reforma cooperativista da propriedade e na reforma das mentalidades e da cultura. Mas a experiência de este algo inteiramente novo teria de conduzir a uma, também ampla, pedagogia de espíritos novos, verdadeira revo-

³⁴ A. Sérgio: *Educação e filosofia*, in *Ensaios*, t. I, ed. cit., p. 116.

³⁵ Id.: *Prefácio*, in *Ensaios*, t. I, ed. cit., p. [11].

³⁶ Id., *ibid.*, p. 16.

lução que começaria na própria elite e a partir desta, revelando no sujeito uma «prática» do conhecimento baseada na «coerência», na «clareza» e na «unidade» das ideias que é condição da «fecundidade de que se mostrar capaz»³⁷. Ora, este que é um processo de *revelação* da própria razão em cada sujeito dependeria afinal das qualidades do pedagogo, sujeito excepcional de uma elite que sob os seus ombros tomaria toda a responsabilidade da renovação:

*Se para aprenderdes o que eu já sei me basta incitar-vos ao pensar correcto, e a dardes à luz o que em vós se oculta (tal é o método do pedagogo) é que o vosso pensar, quando coerente, se identifica com o meu pensar*³⁸.

E tal é, explicita Sérgio,

*[...] não só no que sabemos, mas também no que fazemos; não só entre os objectos, mas também entre as vontades.*³⁹

Este idealismo filosófico e psicológico de uma «prática» do espírito – que, segundo Sérgio, toma em democracia uma dimensão concreta na expressão, pela primeira vez empregue entre nós, do que chamou uma verdadeira «política do espírito»⁴⁰ – tem a sua complementar correspondência no idealismo político-social que Proença definia por «revolução espiritual», ao jeito de *o resto virá por si*, conforme estabelece em verdadeiro programa nas páginas de *Seara Nova*:

*Temo-nos esforçado por demonstrar que o que é necessário, antes de mais nada, é dar forma e conteúdo ao movimento espiritual: o resto sairá dele como um acto acessório, ulterior e infinitamente variável conforme as circunstâncias, e sobre o qual não há, pois, que pensar e discutir agora.*⁴¹

³⁷ A. Sérgio: *Ensaios*, t. IV, ed. cit., pp. 222-224.

³⁸ Id.: *Educação e filosofia*, in *Ensaios*, t. I, ed. cit., p. 119.

³⁹ Id., *ibid.*, p. 120.

⁴⁰ Id.: «Aos jovens “seareiros” de Coimbra...», cit., p. 292.

⁴¹ Id.: «Democracia crítica, experimental e cooperativa», *Seara Nova*, n.º 401 (9 Ag.), Lisboa 1934, p. 262.

Après, on vera... Mas isso não será por ora!

Por enquanto, a adopção institucional dessa «política do Espírito» (expressão que, aliás, Proença também emprega, como «solução segura e definitiva – moldar em novas formas a mentalidade dos dirigidos e dos dirigentes», por oposição ao que chamou «política do Ventre»⁴²), essa adopção orgânica dependeria, segundo o principal agitador de *Seara Nova*, da acção motora e vigilante de um verdadeiro *poder moral*, que era a «necessidade mesma de um poder espiritual, dum órgão director das consciências»⁴³. Curiosamente, a definição do órgão de tal «política do espírito» surge num momento em que tanto Sérgio como Proença dão acordo ao aparecimento, em 1923, de um partido político renovador, denominado União Cívica e no qual reviam muitos dos seus postulados cívicos e políticos. Levado, assim, Raul Proença por uma argumentação limite na defesa de uma radical superioridade da «elite orientadora» (que considerava um verdadeiro *deus ex machina* acima de todos os partidos), a esta acabava por conferir-se já não apenas uma força moral, mas uma dignidade orgânica, qual seria:

[...] um órgão supremo da consciência nacional que fizesse a grande política especulativa e fosse a chama ardente e pura que mantivesse na nação o interesse sempre vivo pelas questões nacionais, que guardasse vigilante os interesses do país e propagasse as grandes verdades salvadoras.⁴⁴

Estou em crer (estamos todos certamente a intuir) que esse órgão seria a própria *Seara Nova*, erguida a verdadeira instituição. A natureza *salvadora* dessa elite resumir-se-ia, por um lado, à sua omnisciência:

[...] consagrada ao bem público, activamente política, mas não partidária, elite crítica e construtiva⁴⁵.

⁴² R. Proença: «A questão do funcionalismo», *Seara Nova*, n.º 1 (15 Out.), Lisboa 1921; id., *ibid.*, in *Páginas de Política*, ed. cit., p. 123.

⁴³ Id.: «A União Cívica e a “Seara Nova”», n.º 22-23, 26 (Abr.-Setembro), Lisboa 1923; id., *ibid.*, in *Páginas de Política*, ed. cit., p. 278.

⁴⁴ Id., *ibid.*, p. 277 (sublinhado na origem).

⁴⁵ Id., *ibid.*, p. 278-279.

Por outro lado, quanto à sua onnipresença, ela seria:

[...] capaz de indicar o caminho a seguir e de censurar e flagelar, grande no pensamento como nas indicações⁴⁶.

Finalmente, para execução desse papel terrível, quase divino, de censura e castigo, Proença confere à elite meios surpreendentes:

[...] as ideias não ganham senão em ser reafirmadas, consistindo grande parte do êxito da propaganda numa espécie de tática por repetição, que grave nos espíritos as verdades que queremos ver triunfar⁴⁷.

A excepcionalidade desta elite advém, como será de esperar, do carácter excepcional dos seus membros, do seu exemplo singular, por forma a, já segundo Sérgio, «atingir a virtude da maioria pela acção da virtude de minorias de escol»⁴⁸. A entrada em cena desta elite, se não apoteótica, seria patética, acaso não acreditássemos nesta sinceridade das palavras de Raul Proença:

*Se os senhores políticos compreendessem as maiores necessidades do país que governam ou pretendem governar, diriam ao aparecermos em público: "Ora até que enfim! Era isso mesmo que nos faltava!"*⁴⁹.

Mas, resta inquirir, como faz Proença ao rejubilar pela adesão de Sérgio ao grupo da *Seara Nova*, a que minoria deveriam corresponder, pelo menos «nos primeiros tempos» da sua afirmação, os «verdadeiros valores de elite»; resposta para a qual as contas de Proença mal teriam de passar de ambas as mãos:

⁴⁶ Id., *ibid.*, p. 279.

⁴⁷ Id., *ibid.*, p. 268.

⁴⁸ A. Sérgio: «Sobre o socialismo de Antero», *Seara Nova*, n.º 362 (9 Ag.), Lisboa 1933, p. 25.

⁴⁹ R. Proença: «A União Cívica...», *id.*, p. 279.

[...] quando o nosso grupo tenha obtido a adesão de cinco ou seis criaturas do valor de António Sérgio [...] – nesse dia a crise portuguesa entrou, decididamente, em caminho de solução.⁵⁰

Cinco ou seis criaturas... Poderia ser uma dúzia de apóstolos. Aliás, a própria ascese mística de que Proença rodeia a elite e os seus membros encontra uma (e, a final de outras contas, uma só) justificação «em todos os tempos da história» comparável:

[...] o próprio cristianismo, a maior empresa colectiva realizada, na esfera das consciências, pela civilização, partiu nas suas origens de um apostolado de doze homens.⁵¹

Verdadeira união hipostática, o verbo *seareiro* chancela aqui o sentido revolucionário de que a elite se investe. Não nos admiremos, pois, que o delírio extremo, limite de uma vibrante e irreprimível sublimação do sujeito excepcional, apóstolo laico da elite iluminada, não deixe de lembrar a construção nietzscheana de Zarathustra – aqui, à maneira de António Sérgio, numa metáfora secularizada dos combatentes do Espírito:

*Se Deus é Espírito (como afirma Cristo) – é bem por Deus que combatemos nós.*⁵²

– último sopro de um pensamento essencialmente demoliberal, segundo a crença de salvação pública através de indivíduos, isoladamente, que não abandonaram a remoída dicotomia do burguês-cidadão.

⁵⁰ Id.: «Seara Nova» – remodelação», *Seara Nova*, n.º 22 (Abr.), Lisboa 1923; id., *ibid.*, in *Páginas de Política*, ed. cit., p. 279.

⁵¹ Id., *ibid.*, p. 256.

⁵² A. Sérgio: «Diálogos de um democrata e de um estadista burguês», *Seara Nova*, n.º 340 (27 Abr.), Lisboa 1933, p. 55.

Uma bibliografia comentada

Antes de alguns estudos entre a extensa bibliografia sobre a revista *Seara Nova* e os membros do chamado *Grupo da Biblioteca Nacional* de que aquela partiu, cabe referenciar umas quantas colectâneas de fontes, a primeira das quais em dois volumes, *Seara Nova. Antologia. Pela Reforma da República. 1921-1926*, Ed. Seara Nova, Lisboa 1971 (reed. Edições Alfa, Lisboa 1990, col. Testemunhos Contemporâneos), acompanhados por informação pertinente no prefácio de Mário Sottomayor Cardia, que organizou e anotou a recolha. Insuficiente para uma releitura actualizada da temática seareira, tem a vantagem de mais fácil acesso de conjunto aos textos da revista. Ainda em âmbito de fontes e no plano político-filosófico que aqui particularmente interessa, os dois principais vultos *seareiros* produziram desigual bibliografia. Quanto a Raúl Proença, fundador de *Seara Nova*, deve consultar-se um primeiro tomo das suas *Páginas de Política*, com prefácio de Câmara Reis, ed. Seara Nova, Lisboa 1938, compilando os principais artigos ente 1921 e 1930 em torno de dois tópicos de polemismo (debate sobre o Integralismo Lusitano e incursão ao papel dos intelectuais a propósito de *Tahison des Clercs*, de Benda), a que se seguiram novas *Páginas de Política (1921-1923)*, que o próprio prefaciou com *Algumas Palavras de Proêmio*, ed. Seara Nova, Lisboa 1939, incluindo uma miscelânea de outros artigos cujo traço comum pode ver-se na tentativa de o autor organizar os tópicos de uma *cartilha do cidadão* atento e interveniente (reed. com o título *Obra Política de Raúl Proença*, 4 vols. Ed. Seara Nova, Lisboa 1972-75, com nova compilação de dispersos).

Sobre este autor, ainda a aguardar novidades na dissertação de doutoramento de António Reis, cujo rigor é certamente causa de adiamentos, podem acompanhar-se os textos que introduzem duas colectâneas: *Antologia*, ed. Ministério da Cultura/Dir. Geral da Comunicação Social, Lisboa 1985 e *Raúl Proença: estudo e antologia*, Publicações Alfa, Lisboa 1989 (col. Testemunhos Contemporâneos). Já de António Sérgio, autor de vastíssima obra polemica que por inteiro deve ser hoje reavaliada, destacam-se os sucessivos tomos dos seus *Ensaio*s, após 1929 publicados sob chancela de Seara Nova, Nova Renascença e Inquérito, conhecendo ed. crítica preparada por Castelo Branco Chaves et al., 1.ª ed., ed. Sá da Costa, Lisboa 1974 (3.ª ed., ed. Sá da Costa, Lisboa 1980). Para uma bibliografia passiva deste autor, é um clássico o estudo incisivo de Vasco de Magalhães Vilhena, *António Sérgio. O Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa*, ed. Seara Nova, Lisboa 1964 (reed. Edições Cosmos, Lisboa 1975) que, respeitando o lugar cimeiro da filosofia sergiana, pela primeira vez a identifica como expressão de uma crise do pensamento de raiz liberal. Mais actual, deverão consultar-se vários artigos do fascículo especial da *Revista de História das Ideias*, n.º 5, Coimbra 1983 (coord. Fernando Catroga e Amadeu Carvalho Homem, no centenário do nascimento de António Sérgio), e de António P. Pita, numa postura de recente reavaliação, *Uma Estética da Inteligibilidade. (Releituras Sergianas)*, Coimbra Editora, Coimbra 1985.

Àquele que, com preciso rigor, pode considerar-se o período verdadeiramente clássico do pensamento seareiro, dedicou M. Vilaverde Cabral um estudo pioneiro e pouco conhecido sobre *The Seara Nova Group (1921-1926) and the ambiguities of Portuguese liberal elitism*, Sep. de *Portuguese Studies*, v. 4, ed. The Modern Humanities Research Association, Londres 1988, pp. 181-195; em

algum ponto excessivo ou surpreendente na análise aos limites liberais da elite *seareira*, nomeadamente convergências de alguns ideais com os nascentes autoritarismos políticos, p. e. o próprio Integralismo Lusitano, o autor dá uma perspectiva nova do «momento» de crise da consciência intelectual que foi o da crítica republicana da própria República. Ainda com Vilaverde Cabral, o estudo deste período completa-se com simultânea abordagem a *The Aesthetics of Nationalism. Modernism and Authoritarianism in Early Twentieth-Century Portugal*, Sep. de *Luso-Brazilian Review*, vol. XXVI, The University of Wisconsin Press, Madison 1989, pp. 15–43.

Para o conjunto do período propriamente *seareiro* da *Seara Nova* e o da seguinte publicação entre a Ditadura e a institucionalização do Estado Novo, não devem perder-se de vista as dissertações de mestrado em História Contemporânea, respectivamente apresentadas na Faculdade de Letras de Coimbra de A. Adriano Ventura, *o Imaginário Seareiro. Ilustradores e Ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)*, e de A. Rafael Amaro, *A Seara Nova nos anos vinte e trinta (1921-1939): memória, cultura e poder*, Ed. Universidade Católica Portuguesa, Viseu 1995, que apresentam extensa e actualizada bibliografia. Traço comum entre ambas, a habitual sobrevalorização do apostolado educativo e progressista da intelectualidade *seareira* na renovação mental e cultural da sociedade.

Finalmente, não deverá faltar a qualquer bibliografia, mesmo sumariíssima como esta, os estudos básicos sobre o tema: antes de mais, o de Fernando Lopes, «O liberalismo decadente da Seara Nova (Algumas hipóteses)», in *O Fascismo em Portugal*, ed. A Regra do Jogo, Lisboa 1982 (Actas do Colóquio na EL.L., Mar. 1980) que, pela novidade da perspectiva da decadência liberal do pensamento *seareiro*, a colocava ainda sob hipótese de trabalho, conquanto em linha desde «A rendição da cultura liberal», *Análise Social*, n.º 64, Lisboa 1980; dois trabalhos, também, de Jacinto Baptista figuram na retaguarda informativa, *A «Seara Nova», Raúl Proença e António Sérgio*, in António Reis (dir.), *História Contemporânea de Portugal*, ed. Multilar, Lisboa 1990 e Jaime Cortesão, *Raúl Proença: Idealistas no Mundo Real*, ed. Biblioteca Nacional, Lisboa 1990.

UMA ANTI-SEARA EM «SEARA NOVA» *

O QUE TENHO DESIGNADO por *movimentos culturais juvenis dos anos 30*⁵³ – retomando uma esquecida sugestão de Joaquim Namorado, sobejamente expressiva para merecer miúda investigação, ao menos empírica – consistiu num processo de desenvolvimento difuso e multimodo, longe de reflectir uma evolução linear, de renovação da consciência intelectual, simultaneamente crítica (racional) e criativa (prática), por parte de uma nova geração que, em grande parte, viria a constituir o crismado neo-realismo.

Em sumário, poderei afirmar que *toda* a década de 1930 (e sublinho, *de princípio a fim*) encerrou por completo uma problemática central nesse plano de revitalização do pensamento: a afirmação de uma nova visão do mundo, por extenso, incluindo os campos político, sócio-cultural e estético em que tal renovação adquiriu particular relevo, num tecido complexo de alternativas tanto às ideias republicanas como anarquistas, ao pensamento *seareiro*, às estéticas futurista e *presencista*, sobretudo em nome de exigências históricas. Ora, o processo de assimilação e afirmação dessa mundividência abrangeu, no plano concreto da historicidade (quase diria, no plano de mundividências, e nomeadamente no da reformulação de estatutos sociais), abrangeu, dizia, e para utilizar contemporâ-

* Comunicação ao colóquio *Seara Nova. Razão, Democracia, Europa. Textos e Contextos*, organizado pela Casa-Museu Abel Salazar, Matosinhos, em Novembro de 1998.

⁵³ Ver L. A. Costa Dias e A. P. Pita: *A Imprensa Periódica na Génese do Movimento Neo-Realista (1933-1940)*, ed. C. M. V. F. X., Vila Franca de Xira 1996, pp.; e L. A. C. D.: «Um Imenso Sussuro de Vozes Inumeráveis...». *A Imprensa Cultural Juvenil na Década Portuguesa de 1930, Vértice*, n.º 75 (Dez.), II série, Lisboa 1999, pp. 31-37.

neos conceitos gramscianos, uma «estratégia ideológica» de difusão de que a imprensa periódica foi importante, se não o mais dinâmico «instrumento ideológico».

Esta questão suscita naturalmente diversas abordagens e perspectivas teóricas, que ora não compete sequer enunciar, à excepção de um aspecto que reputo de preliminar interesse para a compreensão desse processo de renovo do pensamento dentro de um enquadramento disciplinar de sociologia e história cultural e política. Trata-se da generalização da *ideia de crise* que ressuma da interpretação do fundo de doutrina e crítica que um conjunto de jornais e revistas juvenis, fundados por volta de 1935 (ou pouco antes), começaram por veicular e de que, aliás, restringindo ao tema central que me propus (e para ficar apenas nele, ostensivamente), uma *Página da Mocidade* inserta na revista *Seara Nova* deu mostra pioneira, ainda não atingido o meado da década.

UM PRIMEIRO CONTEXTO

ENTRE 28 DE DEZEMBRO DE 1933 e 2 de Janeiro de 1936, ao longo de vinte e três esparsas edições, sem qualquer periodicidade e, aliás, com algumas fendas cronológicas importantes que lhe conferiram ainda menos regularidade⁵⁴, esta *Página* não conheceu qualquer autonomia nem constituiu propriamente uma publicação dependente do título principal (capaz de se tornar recenseável em qualquer dicionário temático): sucedeu-se mais ao jeito jornalística de *seção* (como, aliás, foi anunciada⁵⁵) diluída na estrutura da revista. Um indício, porém, permite pensar numa inicial tentativa de autonomização formal: depois de um aparecimento distintivo com editorial de lançamento em nome da «Independência do Pensamento», seguiram-se dois «números» cuja colaboração literária

⁵⁴ V. ficha bibliográfica que antecede a pequena antologia de textos deste «Suplemento» jornalístico, *infra*, pp. 43 ss.

⁵⁵ [Anón.]: «[Editorial:] Independência do pensamentos», *Página da mocidade*, in *Seara Nova*, n.º 369 (28 de Dez.), Lisboa 1933, a. XIII, p. 136 (*infra*, p. 45).

ocupa uma inteira e precisa página da revista, para além da surpreendente effigie, em jeito de cabeçalho ilustrado, de um camponês heróico, foice empunhada ao alto, ceifeiro de uma outra *seara* que os textos revelam pertencer a distinta geração⁵⁶.

Esta iconização revela-se mais simbólica se se tiver em conta que a tentativa de uma *Página da Mocidade* datara de cerca de um ano antes, e o seu aparecimento foi então acompanhado de uma ilustração classicizante, representando a cultura e o saber através da harmonia, sobriedade e imponência de antigos edifícios gregos⁵⁷. A distinção (para não afirmar o corte) revela maior evidência no cotejo dos textos, mas são os da nova *Página* que aqui importa avaliar.

Ora, cada «número» apresenta, em geral, uma só colaboração literária que o paternalismo de António Sérgio permitiu acolher, sob vigilância que se permite intuir atenta. Se é verdade que, por ocasião de uma pacífica quanto árida polémica (porém, bem quadrada na época, sobre a mística social do cristianismo), o patriarca *seareiro* surge expressamente como fiel de uma balança que é a do *bien raisonner* à maneira sergiana; não pode ignorar-se que estava ainda escaldante a memória da célebre e funda polémica que a direcção de *Seara Nova* enfrentou com o jovem Rodrigues Miguéis⁵⁸, fazendo surgir esse espectro ideológico permanente no autor dos *ensaios* que era a sua diabolização do pensamento marxista, elevada a máxima potência e ameaças de violência nas trocas epistolares com os seus pares:

«O bolxevismo [sic] dos rapazes é uma imbecilidade.»⁵⁹

⁵⁶ *Seara Nova*, nos 370 (4 Jan.) e 371 (11 Jan.), Lisboa 1934, a. XIII, pp. 153 e 168, respectivamente (ver reprodução do cabeçalho infra, p. 43).

⁵⁷ *Seara Nova*, n.º 291 (24 Mar.), Lisboa 1932, a. XI, p. 42.

⁵⁸ Ver António Pedro Pita: *A Recepção do Marxismo pelos Intelectuais Portugueses*, ed. Oficina do CES, Coimbra 1989.

⁵⁹ António Sérgio: Carta a Câmara Reis (Angers ?, s.d., 1931 ?), ms. inédito cuja consulta me foi amavelmente facultada pelo Dr. Alberto Pedroso.

Ora, os «rapazes» desta *Página* mal puderam sobreviver a uma anualidade de colaborações, sem deixar clara coesão de ideias, ainda que um *corpus* importante de artigos (de que em seguida se fará breve antologia) constitua conjunto paradigmático, como se irá ver, das hipóteses que vou levantar.

Para situar, finalmente, no curso das publicações periódicas que deram corpo mais visível ao que comecei por designar por *movimentos culturais juvenis dos anos 30*, a presente *Página da Mocidade* enquadra-se entre dois grandes níveis de periódicos (o primeiro, que designo por *jornais de âmbito escolar*, seguido de um outro com predominância de *páginas literárias* autónomas), seccionados entre si segundo os efeitos mais ou menos imediatos, mais ou menos directos das medidas censórias de 1936.

DO CONTEXTO PARA OS TEXTOS

NUM DOS ARTIGOS INAUGURAIS desta *Página* «seareira», sugestivamente intitulado *Dois conceitos* sob assinatura de Luís Regala (ao que suponho, pseudónimo de Álvaro Salema, um dos fundadores da juvenil iniciativa⁶⁰), o autor começa por rever a sua na «atitude crítica e criadora» de uma geração verdadeiramente nova. Demolidora, contudo, no ajuste crítico de contas com o passado:

«E sendo uma geração um estado colectivo de sensibilidade, um estado de alma colectivo eminente e seleccionador, traz consigo duas funções eminentes, duas posições perante o passado: uma *negativa*; outra *positiva*.»⁶¹

⁶⁰ Ver Álvaro Salema: *Tempo de Leitura*, Moraes Editores, Lisboa 1982, p. 141 (embora Urbano Tavares Rodrigues afirme ter existido (para a época a que me reporto?) o nome de Luís Regala, cuja referência não pude, no entanto, recensear como autor de qualquer publicação).

⁶¹ Luís Regala: «Dois conceitos», *Seana Nova*, n.º 384 (12 Abr.), Lisboa 1934, a. XIII, p. 378 (*infra*, p. 55).

Conservar e destruir, porém, previne ainda o autor, com tanto «mais vida – oh divino paradoxo! – quanto mais negativa» for a sua atitude. Daí que, já segundo palavras expressamente subscritas pelo jovem Salema, numa manifesta continuidade e concordância de conteúdo com o anterior artigo, expresse o autor:

«[...] a atitude de crítica intransigente perante os homens e as instituições dum passado, cujas dolorosas consequências estamos sentindo agora.»⁶²

Tal passado identifica-se logo com a «nossa fraudulenta república», cujos homens não superaram «a miséria intelectual e moral da sua época» e abriram caminho à «miséria maior duma falsa reacção», falhando justamente no terreno «de toda a autêntica democracia, entendida no seu alto sentido: o campo de realização de certos valores ético-sociais.»⁶³ A finalidade social da democracia – que suscitara a Rodrigues Miguéis, pouco tempo antes, a já aludida ruptura ideológica com os princípios sociais vagos do republicanismo⁶⁴ – foi ainda objecto de um artigo de Salema sobre a pedagogia de Antero de Quental, cujo «heroísmo de pensar socialmente» teria esbarrado na «impossibilidade de realizar socialmente»⁶⁵.

Não deixa de ser curioso acompanhar um pouco mais de perto o percurso de Salema neste período e no mesmo local, por exemplo numa análise sociológica à *Utopia* de Mórus, ainda que publicada fora da secção juvenil, na qual pode ler-se esta crítica ao esquematismo dos pensadores utópicos («generosíssi-

⁶² Álvaro Salema: «Simples coisas», *Seara Nova*, n.º 390 (24 Mai.), Lisboa 1934, a. XIII, p. 89.

⁶³ *Id.*, *ibid.*, p. 90 (*infra*, pp. 58-59).

⁶⁴ Ver António Pedro Pita: *A Recepção do Marxismo pelos Intelectuais Portugueses*, Oficina do Centro de Estudos Sociais, Coimbra 1989; Mário Neves: *José Rodrigues Miguéis. Vida e Obra*, Edit. Caminho, Lisboa 1990, pp. 83-92.

⁶⁵ Á. Salema: «Antero e o heroísmo de pensar», *Seara Nova*, n.º 406-408 (11 set.), Lisboa 1934, a. XIII, pp. 377-78 (fascículo dedicado a Antero de Quental). Deverá conferir-se a presente condescendência poética pelo autor das *Odes Modernas* em relação a críticas não muito posteriores, em outros locais.

mas pessoas inúteis» lhes chama) e à ineficácia das suas lições em função das coordenadas históricas:

«Não têm a consciência vital da história, porque da sua consciência só podem brotar intuições morais e jurídicas, geralmente inadequadas ao próprio fundamento social de que supõem partir; e assim, sem o entendimento das leis essenciais da evolução e revolução, pressupondo na sociedade que os cerca uma imagem criada e não uma imagem historicamente desenvolvida, todos os seus intuitos se resolvem em inutilidades estáticas e não em utilidades aplicáveis ao dinamismo social.»⁶⁶

A concepção historicista que aqui subjaz já se colocara, umas páginas antes, como doutrina capaz de impor uma racionalidade própria para a solução dos problemas contemporâneos, nestes termos gerais:

«Uma época é tanto mais individual quanto mais espontânea. Uma geração é mais vida quanto mais intensamente souber *contemporizar-se*. E ser contemporânea é ser da sua época, é ser tal qual se é: – É ser! É adoptar, nos problemas complexos do conhecimento humano, uma teoria própria».⁶⁷

A adopção de uma *teoria própria* – retenha-se o rigoroso significado – correspondia à *contemporânea* necessidade de adequação do conhecimento e da prática social aos níveis da civilização material, noção que Vitorino Magalhães Godinho, então moço aprendiz de historiador, esboçara na mesma *Página* juvenil num breve artigo em torno *Do conceito de homem integral*:

«Neste momento histórico um problema abarca toda a Humanidade: estará a actual civilização condenada a perecer, por não ter correspondência com as necessidades sociais e espirituais?»⁶⁸

⁶⁶ Á. Salema: «Sobre as utopias de Tomás Morus», *Seana Nova*, n.º 448 (22 Ag.), Lisboa 1935, a. XIV, p. 247.

⁶⁷ *Seana Nova*, n.º 384 (12 Abr.), Lisboa 1934, a. XIII, p. 378.

⁶⁸ V. Magalhães Godinho: «Do conceito de homem integral», *Seana Nova*, n.º 392 (7 Jun.), Lisboa 1934, a. XIII, p. 125 (*infra*, p. 60).

Naturalmente, os termos da questão posta por Magalhães Godinho revertem para a célebre conferência de Bento Caraça sobre *A Cultura Integral do Indivíduo*, então largamente difundida e alguns meses antes reproduzida nas páginas da própria *Seara Nova*⁶⁹. Nesta problemática fundamental de que o próprio Homem era o centro, tratava-se não tanto de criar uma nova teoria baseada no concreto, como sabemos, mas mais da transferência desse conhecimento para o domínio dos destinos do Homem e do «seu comportamento perante o que se desenrola», em suma criar um Homem culto. Por outras palavras:

«Mesmo considerando sepultadas no aluvião dos tempos as concepções empíricas da vida, elas imperam ainda, depois de expulsas do pensamento, no vasto complexo social. É necessário portanto transportar a afirmação espiritualista do plano abstracto para o plano concreto.»⁷⁰

Por outras palavras, ainda, tratava-se, no plano individual, de desviar o eixo «do seu “eu”»⁷¹ para uma íntima interrogação do estar num mundo em grandes e rápidas transformações.

Era, portanto, um problema profundamente cultural, nessa ampla noção de cultura que, para a acção «criadora de uma nova civilização», significava alargar os fundamentos do conhecimento a todo o universo humano e não tanto especular com eles. Ora, a esta luz, a *ideia de crise* que grande parte da produção juvenil da época incorpora consistiu, pois, numa *crise da consciência intelectual*, crise de um pensamento que – meramente *especulativo* quando não *irracional*, *intimista* quando não secretamente *privado*, puramente *retórico* ou *formalista* quando não *pessimista* – não só não se realizava no concreto como não realizava o concreto.

⁶⁹ Bento de Jesus Caraça: «A cultura integral do indivíduo. Problema central do nosso tempo», *Seara Nova*, n.º 348 (22 Jun.), Lisboa 1933, a. XII, pp. 181-189; V. sobre o conceito de cultura, António Pedro Pita: «Bento de Jesus Caraça e o problema da cultura», *Vértice*, n.º 412-413 (Nov.), Coimbra 1978, v. XXXVIII, pp. 524-32; A. P. Pita e L. A. Costa Dias, estudo introdutório ao vol. I da *Obra Integral* de B. J. Caraça, Campo das Letras, Porto, 2002.

⁷⁰ Magalhães Godinho: *id.*

⁷¹ *Id.*, *ibid.*

Estamos, em essência, no mesmo horizonte *introspectivo* em que, pesando outro termo da questão, deve situar-se a poesia *presencista* no seu ambiente subjectivista até ao limite extremo de uma mística vivência: «Julgo-me Cristo numa cruz», «o corpo em chaga» que sente Régio⁷².

E – eis outra hipótese, se bem a coloco – essa crise da consciência, na incapacidade do pensamento romper a rotação sobre si próprio, constituiu a vertente cultural e política da crise da sociedade liberal que se manifestou no princípio do século e coincidiu historicamente com a 1.ª República e a sua derrocada. Não surpreende deste modo que, na sequência de um primeiro período empreendedor da *Página da Mocidade*, cujas colaborações se tornaram cada vez mais dissonantes do programa estritamente *seareiro*, um leitor anónimo, conquanto expressamente referido como um «dos nossos jovens amigos», deixa esta nota impressiva:

«A evolução espiritual do grupo *Seana Nova*, nos últimos anos, tem-se apresentado com uma progressiva tendência para o intelectualismo puro e para limitar a sua acção ao simples processo doutrinário da cultura desinteressada. [...] A *Seana Nova* está ainda muito jovem para se converter num museu de fósseis; e, se quer ser vida – e a mais viva de todas, que é a vida do espírito – tem de participar no combate de todos e fazer da inteligência um instrumento humano».⁷³

E termina, entre outras, com estas propostas que nos colocam num contexto mais vasto:

«I) Criação de um jornal semanário de cultura popular, com colaboração científica e literária acessível às classes operárias, como ponto de partida para uma actividade educativa de largo alcance.»

⁷² J. Régio: «Jogo de espelhos» e «Evasão», in *As Encruzilhadas de Deus*, 6.ª ed., Portugal Edit., Lisboa 1970, pp. 74 e 102, respectivamente.

⁷³ «Extensão “seareira” e cultura popular. Um alvitre», *Seana Nova*, n.º 420 (20 Dez.), Lisboa 1934, a. XIII, p. 188.

Ao que suponho, está aqui pela primeira vez exposto, ainda que em forma simplificada, o projecto de uma biblioteca popular, verdadeira *enciclopédia* de conhecimento universalista que, quase uma década após, a *Cosmos* de Manuel Rodrigues de Oliveira, sob a direcção de Bento de Jesus Caraça, viria a realizar.

Aliás, nem deixe de constar que o próprio esboço de Caraça (ou o que poderemos considerar prólogo ou génese da *Biblioteca Cosmos*) surge pela primeira vez nas páginas de *Seara Nova*, algum tempo depois, sob a forma de uma secção genérica designada *Crítica Científica* e inaugurada com o título de *Ciências físico-matemáticas*. Na abertura, explica justamente:

«O objectivo desta página – [...] precisar as relações existentes entre o trabalho particular e especializado em cada domínio de actividade humana e aquilo a que então chamei ⁷⁴ o *património cultural comum da humanidade*, considerando este como o conjunto das aquisições gerais, devidas à actividade realizada em cada domínio. [...] Não serão aqui discutidos problemas de especialidade, antes serão ventiladas ideias gerais – aquelas ideias e aquisições que, transbordando do domínio da especialidade onde tiveram origem, vieram enriquecer o património comum, contribuindo para uma mais clara visão e uma ordenada concepção do mundo.» ⁷⁵

Ora, prosseguindo nas propostas daquele jovem leitor e correspondente:

«II) Promover, de acordo com a Universidade Popular Portuguesa, a criação de delegações desse organismo cultural em todos os bairros de Lisboa e sobretudo nos meios da província.» ⁷⁶

⁷⁴ Refere-se à conferência sobre *A Arte e a Cultura Popular* proferida na Universidade Popular Portuguesa, Lisboa, 1935.

⁷⁵ Bento de Jesus Caraça: «Crítica científica. Ciências físico-matemáticas», *Seara Nova*, n.º 463 (2 Jan.), Lisboa 1936, a. XV, p. 101. Cf. o prefácio ao volume de lançamento da *Biblioteca Cosmos*.

⁷⁶ «Extensão “seareira” e cultura popular. Um alvitres», *Seara Nova*, n.º 420 (20 Dez.), Lisboa 1934, a. XIII, p. 188.

Eis introduzida, através do reconhecimento do papel desempenhado pela Universidade Popular (em substância, o grupo intelectual dos seus animadores e os que, mais jovens uns, outros menos, colaboraram e virão a colaborar numa proliferação dessa imprensa juvenil), uma verdadeira direcção cultural no ensaio de nova vida orgânica da sociedade. E, juntamente com o seguinte ponto:

«III) Organização de cursos de cultura popular nessas delegações ou em quaisquer outros centros culturais do país»⁷⁷

– deixa o correspondente a descoberto os pontos essenciais do que no início destas palavras designei por estratégia ideológica de difusão do materialismo histórico, num amplo programa de renovação e redemocratização cultural que, no final da década de 1930 e sobretudo no início da seguinte na manifestação das suas *mediações estéticas*, adquiriu *autonomia* no movimento neo-realista.

Para terminar, não deixa de merecer transcrição o «alvitre» officioso da Redacção de *Seara Nova* a tal programa, sintomático, no mínimo, do inevitável alheamento no convite ao trabalho para casa. E cito a sua última referência:

«Rogamos que cada um escolha um ponto do programa, e que trabalhe nele!»⁷⁸

... e descanse em paz!

⁷⁷ *Id., ibid.*

⁷⁸ «Extensão "seareira" e cultura popular. Um alvitre» [Resposta da Redacção], *Seara Nova*, n.º 420 (20 Dez.), Lisboa 1934, a. XIII, p. 189.

ANTOLOGIA DE UMA JOVEM GERAÇÃO EM «SEARA NOVA»
(Textos escolhidos)

PAGINA DA



MOCIDADE

Página da mocidade

[23 nn.]

In *Seara Nova*

A. XIII, n.º 369 (28 Dez.), Lisboa 1933 – A. XV, n.º 463 (2 Jan.), Lisboa 1936

Fund.: Álvaro Salema

Colab.: José Augusto dos Santos

Artur Augusto

Marques Matias

Luís Regala (2)

Álvaro Salema (5)

V. Magalhães Godinho (2)

António Marinho Dias

Frederico Alves

Fernando Romero

Vasco Magalhães Vilhena (5)

Mário de Noronha

Manuel Filipe (2)

INDEPENDÊNCIA DO PENSAMENTO ⁷⁹

HÁ QUEM JULGUE que da mocidade apenas pode vir turbulência; nós queremos esperar dela, sobretudo, insubmissão reflectida. Porque, com o apaixonado sentimento e o exaltado desejo da sublimação colectiva, que a amargura da época impõe a toda a juventude de boa intenção, deve coexistir sempre, como serena disciplina do espírito, a preocupação das virtudes estritamente clássicas e racionais; e com o entusiasmo da luta – função vital daquela mocidade que o sabe ser – a serenidade da percepção do Futuro que é o privilégio das autênticas revoluções.

Deste modo, a educação da mocidade de hoje não é só um acto de construção interior, mas também de laboriosa disciplina na preocupação de construir uma melhor realidade social; uma educação de combate – mas de combate pedagogicamente organizado, que com a consciência da vitória transmita também o desejo do aperfeiçoamento próprio.

É essa atitude intelectual das novas gerações que esta secção da *Seara Nova* pretende representar, e assim, de algum modo, ajudar a construir; pois que neste combate da inteligência se fará talvez a revelação de tanta mocidade que se perde na miséria moral deste Baixo-Império do ultracapitalismo, e na miséria científica das nossas pseudo-universidades.

Nunca a *Seara Nova* se assemelhou a um partido político, muito embora a animasse uma aspiração política e social; acima de tudo, tem querido representar, entre aquela opinião pública que, no dizer de Herculano, saiba constituir uma agremiação dos homens honestos, o benefício duma corrente de cultura renovada e renovadora, amplamente generosa e idealista, que eduque sem pretender impor-se.

Quer ser apenas um seminário da Inteligência Nova, que habitue as energias juvenis ao apreço constante dos valores do espírito e das virtudes clássicas da razão. É um anseio de veracidade e de disciplina crítica, de tolerância e de

⁷⁹ *Seara Nova*, n.º 369 (28 Dez.), a. XIII, Lisboa 1933, p. 136; 136-137. Texto que serve de editorial de abertura da nova secção.

compreensão de tudo. Por isso, será desnecessário prevenir que a colaboração nesta página, dos jovens e para os jovens, não significa, levemente sequer, uma adesão a fórmulas rígidas (de que sempre procurámos não ser escravos) mas apenas uma comunidade de aspirações intelectuais e morais.

A *Seara Nova* apenas lhes solicita que comunguem no seu espírito, na sua aspiração intelectual e cívica: e isto não será uma submissão, mas a compreensão de um sacerdócio de aperfeiçoamento espiritual. Quem não souber ser discípulo dos que buscam livremente nunca conseguirá ser um mestre; e não nos cansamos de repetir que o momento apenas exige da mocidade, com o mais grandioso dos sacrifícios, a abnegação duma atitude essencialmente pedagógica. Isso pretendemos.

Será esta a livre «Página» da livre mocidade.⁸⁰

[GERAÇÕES E CONFLITOS]

ENTRE NÓS, OS NOVOS, e os consagrados, a luta existirá sempre; e, não somente motivada pelo ardor juvenil, que provoca o combate pelo prazer de combater, mas, e principalmente, pelo espírito de independência, pelo descatamento do dogma, qualidades estas que formam o *substratum*⁸¹ da mentalidade jovem de hoje.

Eis-nos, pois, em franca rebelião contra o estável, o sólido, o que parece definitivo através das colunas laudatórias dos jornais.

Eis-nos contra os falsos génios, contra a falcatruas do pensamento, contra as escolas académicas, contra o dogma, contra tudo que implique uma sujeição do nosso espírito rebelde.

⁸⁰ Verdadeiro editorial, o texto figurava em itálico e, além desta distinção, separava-o do seguinte texto, sem título, ainda o facto de a mancha da coluna ter a margem esquerda recolhida em relação à mancha habitual da revista.

⁸¹ Sem itálico no original.

Tem-se visto a mocidade portuguesa manter um indiferentismo apático perante as questões do pensamento, e aquela escassa minoria que se interessa, que sente, que vibra, interessa-se pelos últimos representantes duma mentalidade falsa, sente as dores das marquesas, vibra com o colorido suave, esbatido, azul e rosa, de um quadro de Watteau aliciante, inquietante, como ilusão dou-rada. Interessa-se essa escassa minoria pelos dislates de indivíduos que procuram esconder a vacuidade do seu pensamento num estilo rebuscado e confuso, interessa-se por essas relíquias do passado, vergonhas do presente.

Mas... nem toda a mocidade se mantém indiferente e nem toda segue as pisadas gloriosas dos nossos «imortais». Grupos isolados de independentes, inatamente independentes, mantêm-se alheios a sugestões, a imposições alheias.

É referindo-se a estes que se costuma dizer: a mocidade é irreverente e iconoclasta.

Fazemos parte desses independentes.

Quando nos querem impor um princípio, só porque esse princípio foi imposto, uma revolta nasce em nós, revolta instintiva e justificada, revolta lógica e natural.

Está pois marcado o nosso caminho e a directriz a tomar. Que nos poderão interessar esses romances vagamente descritivos, com um conflito banal, se o autor desconhece as condições de vida do meio em que fez decorrer a acção?

Como nos poderão interessar «génios» que, ocupando lugares de destaque e de responsabilidade adentro da vida intelectual portuguesa, se afadigam em prever o amor daqui a quarenta anos, ou nos transmitem, através [de] um sexto sentido que julgo exclusivo dos nossos académicos, as conversas de dois macacos?

E isto, quando as revoluções mais profundas agitam o seio das sociedades; quando os problemas mais graves nos assoberbam. E isto, numa época, não de revolução lenta, mas de transição brusca, numa época em que se considera falso e inadequado o que ontem era a base dum sistema ou duma teoria.

Numa época em que a vida vive num ritmo desordenado, em que se admitem novas concepções de novos mundos, em que no campo artístico, literário ou social se renova integralmente, não é admissível que se reünam os «representa-

tantes» da cultura dum povo para, em discursatas, transcritas nos jornais, nos mostrem a nós, vulgo ignorante e ignorado, a sistematização do código comercial de Ferreira Borges.

O povo exige do Estado a solução dos seus problemas de ordem cultural. O Estado recorre então ao organismo pseudo-científico que mantém, e surge como resposta, resposta imortal, resposta que fica, imutável como o Destino, o abandono dos trabalhos do dicionário, que por um estranho fatalismo se conserva no termo *azurrar*, e, ainda, os relatos de algumas sessões em que os académicos discursaram acerca do povo e das suas condições de vida como um de nós, vagos e desconhecidos mortais, numa prelecção de zoologia falaremos dos costumes e *habitat* de alguns animais exóticos que fedem, vivem em pocilgas e pagam contribuições.

Eis para que serve o tal pensamento que se quer mostrar como o superior dirigente da cultura deste inculto país.

Ora, é a nós, novos, nós, irreverentes e iconoclastas, que compete trabalhar, produzir, construir.

Mas para construir são necessárias bases sólidas, e urge, portanto, destruir o que está velho, decadente, em ruínas, para, nesse campo, até então estéril, se elevar o edifício glorioso do pensamento novo.

Destruir para construir.

José Augusto dos Santos

O QUE É A LITERATURA DO PASSADO PARA A MOCIDADE DO PRESENTE ⁸²

LANÇANDO UM GOLPE DE VISTA sobre o panorama artístico dos últimos anos, a mocidade presente vê o derruir de velha ideias e concepções.

E de outra forma não poderia ser, se considerarmos atentamente o gráfico traçado pelo último movimento literário que teve características próprias e se constituiu em escola: o Realismo.

⁸² *Seara Nova*, n.º 370 (4 Jan.), ano XIII, Lisboa 1934, pp. 153.

Os movimentos artísticos ou sociais não são o produto abstracto da vontade de um homem, mas sim o resultado das necessidades de uma época.

O Realismo, se traduziu conscientemente as necessidades do último quartel do século que findou, acha-se deslocado no momento presente: é um intruso!

E o que digo para o Realismo estende-se a toda a literatura do passado.

Os novos do presente, na sua grande maioria, desinteressaram-se dos problemas intelectuais e não conhecem a literatura do passado, nem como elemento de cultura.

E porque a vida começou a ser vivida febrilmente, na actividade desordenada dum ritmo acelerado, os novos, no geral, desinteressaram-se de toda a actividade literária.

Nas faculdades, salvas honrosíssimas excepções, os lentes seguem ainda processos velhos. Os alunos pouco mais conhecem do que a sebenta. Os mestres têm os seus «afazeres»; não dispõem de tempo para interessar os alunos com elementos de cultura.

E assim, abandonado a si, o português, que é preguiçoso por temperamento e educação, só conhece aquilo que é fácil e tem mais perto.

Ou então, por snobismo, dá-se ao trabalho de ler literatura francesa; mas aquela literatura artificial, fabricada para exportação por gananciosos Dakobras.

No entanto, os escritores portugueses nossos contemporâneos, talvez por inadaptação, talvez porque surgiram no fim de um movimento literário ao qual obstinadamente se apegaram, a poucos interessam: pouquíssimos os lêem.

A literatura do passado nenhuma influência teve na educação mental dos novos: estes acham-se divorciados dela pela sensibilidade. As ideias que se hão-de tornar actuais se acham num estado quase que metafísico. E a literatura do passado foi feita com ideias que a esse tempo já eram reais.

No entanto, alguns novos que se obstinam em pensar no meio de uma mocidade inculta, procuram europeizar Portugal. Estes compreendem que é impossível abandonar a literatura do passado, porque ela representa uma necessidade de origem.

Assim observada a frio, a mocidade portuguesa dá-nos a impressão desoladora de que não pensa e não sabe o que quer.

De resto, com maiores ou menores variantes, comporta-se igualmente a mocidade das outras nações. A vida tomou, nestes últimos anos, um aspecto utilitário, que não se coaduna bem com a cultura serena e o desejo de saber.

A lei do maior esforço, que dominava todos os ramos da actividade artística, foi substituída, há muito, pela do menor esforço, característica das épocas em decadência.

E se inquirirem das possibilidades do ressurgimento de uma cultura profunda, eu darei aquela resposta, cheia de fatalismo: *est-il bien possible...*

Artur Augusto

O PENSAMENTO DA MODERNA POESIA PORTUGUESA ⁸³

I — O PENSAMENTO SOCIAL

Conta-se que, em recuados milénios, alguém perguntava a um grego de boa ténpera, Alexandre de nome, a sua opinião sobre Gipsis, mulher de Dionísios de Atenas, convicto epicurista e resignado chavelhudo.

Era Gipsis criatura de má conduta, frequentadora assídua de casas suspeitas e um pouco sáfica.

Alexandre, grego de boa ténpera, pensou um pouco e respondeu:

«A mulher deve amar a seu marido, e deve ser-lhe fiel. Deve viver para o lar, ser a deusa da casa e a mestra dos filhos. Deve amar o prazer natural e não os gozos que a natureza não permite.»

Ora, Gipsis nem amava a sua casa, nem a seu marido, nem a seus filhos, e dava-se a prazeres contrários à natureza.

Alexandre não vira em Gipsis aquilo que ela era, mas sim o que devia ser.

⁸³ *Scena Nova*, n.º 371 (11 Jan.), ano XIII, Lisboa 1934, pp. 168-169.

Era pelo tempo duma olimpíada: atletas apolíneos arremessavam o disco, enquanto, ali perto, na praça pública, um Demóstenes qualquer arengava a uma multidão de velhos.

Passavam opulentas líbias, de corpo magnífico, e os velhos esqueciam o Demóstenes e deitavam às formosas pecadoras olhares enternecedores, como o boi no solene momento de morrer os deitava ao magarefe ainda tinto de sangue e às bezerras que cabriolavam no pátio.

Dizia-se, muito pela calada, em Atenas, que Alexandre, grego de boa tèmpera, era amante de Gipsis, mulher de Dionisios, convicto epicurista e resignado chavelhudo...

Passado o efêmero período do «marinettismo» ou «futurismo», a que só ficaram fiéis os falhados, os impotentes, os fortes moços regressavam à poesia moderna, à poesia do Presente, que devia reunir a revolução das formas à revolução das ideias – ser, em resumo, um movimento artístico revolucionário e construtivo.

A poesia moderna conjugaria o ritmo com a ideia, e seria a arte dos que sofrem, dos que não podem climatizar-se, dos revoltados.

Ela, a poesia moderna, abandonando o amor lírico-histérico, falsamente espiritual, dos passadistas, viveria da multidão e para a multidão, agitaria o Presente de olhos postos no Futuro, esquecendo o Passado.

Mas, pelo menos por agora, a poesia moderna falhou no campo das ideias. Tornou-se simplesmente uma revolução das formas. Aristocratizou-se.

Nunca, como em nossos dias, a fórmula «arte pela arte» dominou inteiramente e tão desoladoramente.

Confrange e revolta o aspecto social da arte moderna, onde, maiormente na poesia, o povo surge apenas como chocante «marionete», sem vida própria, sem ideias, sem a sua tragédia de todos os dias, de todas as horas, a tornar-se motivo obsidiante, pendão de revolta.

A poesia modernista, na maneira como tem sido compreendida entre nós, é, como digo acima, revolucionária apenas em seu aspecto formal, pois que na

essência, no seu restrito mundo de ideias, ela é fraldiqueiramente amorosa e subjectiva.

Chego a pensar que até mesmo os poetas, os eternos revoltados e independentes, se não eximem ao ambiente mental que, no momento presente, pesa sobre esta parcela do Universo que, no campo convencional e oco das pátrias, é Portugal – ambiente medievo e acanhado, em que o verbo viver perde suas características pujantes e vigorosas, e deixa de ser símbolo de força e de luz, para se tornar sinónimo do verbo *vegetar*.

O hino à máquina e ao trabalho, dos poetas russos, não ecoou entre nós, que apenas importamos o pior das ideias francesas, e delas só aproveitamos a parte superficial, o *bonito*, desdenhando do *profundo*, do que elas possam representar no progresso humano, no ritmo da vida, no bem-estar do povo, da multidão.

Por vezes, um ou outro poeta eleva-se até às regiões metafísicas, põe-se a filosofar com o transcendente, e é tudo.

Cantar a parte sã da humanidade, defender o povo humilde, o povo que produz, não entra no programa dos modernistas, que, ao agradecimento futuro e duvidoso dos homens, preferem o abraço quente e presente das mulheres.

Há quem afirme que a poesia tende a desaparecer. Não o creio.

O que reconheço é que ela, distantes os tempos de Antero e Guerra Junqueiro, se está amesquinhando e vai perdendo a sua razão de ser.

E, no entanto, nunca, como hoje, os poetas foram tão necessários – mas os poetas que olham o futuro e o triunfo do Sol, e não os outros, os apegados ao passado longínquo e deformado, ao imaginário fumo de uma fogueira que dizem ter ardido a iluminar o infinito, mas que se me antolha Ter sido, a maior parte das vezes, talvez por tanto a agitarem, apenas fogacho de mal aquecer os pés por estas noites de invernia.

Os poetas populares (entendendo-se por esta designação os que podem ser compreendidos pelo povo) não sabem construir porque se aferram em demasia a um mundo morto, em adiantada decomposição; porque querem voltar atrás, aos tempos dos bardos aventureiros e ladrões, e perdem seus dias a estafar motivos de arte doutras eras, numa elegia ao Passado, para onde querem volver o presente.

Nota-se em quase todos os petas modernos um aristocratismo inato, um propositado afastamento do povo – afastamento puramente físico, como o horror ao mau cheiro.

E o pior é que da leitura dos poetas modernos pode concluir-se que a mocidade pensante dos nossos dias é reaccionária e não se preocupa com problemas de vasto interesse social – com a função combativa e revolucionária de que a arte deve revestir-se para ganhar foros de coisa útil, para ser mais que um mero passatempo de privilegiados Eleitos.

Em todo o poeta, como na generalidade em todo o escritor, devem coexistir harmonicamente o artista e o pensador.

Nós, os portugueses, raramente conjugamos os dois elementos. Somos, geralmente, artistas de imaginação superficial, sebastianistas de ideias, e não profundamos nem construímos; a Arte em nós dura o Presente efêmero, e raro se projecta no futuro.

Antero, o Santo, é excepção honrosa, e tanto mais excepção quanto menos nos pertence, porque mal o compreendemos.

Antero é quase um produto nórdico: é um pensador alemão moldado em mármore de Vila Viçosa. E, como nós, sonhador, sua arte é muitas vezes determinada pelo seu estado psíquico, mas sabe compreender e traduzir a tragédia da multidão, que é a sua própria tragédia. Conquanto a espaços nos possa porventura parecer um D. Quixote de ideias, é bem capaz de sistematizar toda uma filosofia, de ordenar todo um pensamento social, consciente e verdadeiro.

E a prova de que Antero não é um produto acentuadamente português é que não criou escolas, nem deixou discípulos, nem é adorado pela massa anónima e pelos pseudo-pensadores, como um Camões fraldiqueiro e lendário.

A poesia moderna tem muito de feminina. Ela é imoralmente suave e sensual, e a espaços, filosófica. Produziu já um José Régio e uma Helena Maria, mas não soube ainda dar um Antero senão em sombra, nessa sombra metafísica que é Teixeira de Pascoais – que eu considero um modernista – poeta do inatingível, do irreal – iluminado; místico da poesia.

Toda a arte deve ter um fim utilitário, um fim que a justifique. A poesia como a modalidade artística mais acessível ao povo, deve desnudar-se do seu aspecto amoroso que até hoje tem sido o seu motivo constante e quase único, para tomar uma feição prática, de utilidade social: uma feição educadora e revolucionária, e, por isso mesmo, mais profundamente artística.

Arte de ideias e não de formas – é do que necessitamos. Mas ideias modernas, construtivas, sem academismos nem tradicionalismos, ideias de aplicação possível, que possam fazer dela a sinfonia de abertura, esplêndida e verdadeira, da obra dos novos: a obra do povo e para o povo.

Marques Matias

DOIS CONCEITOS⁸⁴

AS ÉPOCAS QUE RECOLHEM, sem discussão nem selecção intelectual, o património cultural do passado imediato, vivendo em sua estrutura psíquica sob o influxo das ideias da geração anterior, não podem servir de base e delinea-mento psíquico-intelectual a uma classificação essencial de geração. O conceito de geração, considerado no seu sentido dominante, visto através de todos os seus aspectos típicos e arquitecturais, tem como potencialidade criadora uma atitude crítica e criadora.

Uma época de filosofia já feita, de filosofia pacífica, que é o mesmo que dizer uma época sem filosofia, sem espontaneidade nem criação filosóficas, encerra em si, apenas, o conceito externo de geração: o conceito *formal*. É, por isso mesmo, uma época de vitalidade atenuada, pouco intensa, pode afirmar-se até uma época sem vitalidade.

Uma geração, no verdadeiro sentido, portanto, no seu significado histórico e filosófico, representa, na expressão felicíssima de Ortega y Gasset, *uma variação de sensibilidade vital (El tema de nuestro tiempo)*.

⁸⁴ *Seana Nova*, n.º 384 (12 Abr.), ano XIII, Lisboa 1934, pp. 378-379.

A vida das gerações de estrutura psicológica passiva, no seu arrastar cómodo e estéril, sem dinamismos íntimos nem forças imanentes, não pode considerar-se verdadeiramente vida. A vida, na sua interpretação agónica ou polémica – escreve Unamuno (*La Agonia del Cristianismo*) – é luta! «*Agonia* quer dizer luta. Agoniza o que vive lutando, lutando contra a própria vida. E contra a morte.» Agonizar é já por si viver. Portanto, toda a vida espiritual ou psíquica é agonia, é luta eterna. Nestes termos, a potencialidade das gerações estruturalmente pacíficas, se potencialidade existe, é do mesmo grau e do mesmo valor termométrico da geração mãe. O cordão umbilical que as une dá-lhes uma identidade infecunda, uma configuração semelhante na escala histórica dos valores vitais. São, estas, épocas de homogeneidade psíquica, não no momento genésico de elaboração ou eferescência, não no seu estado crítico de produção selectiva, porque os não possuem, mas no seu aspecto genérico-unitário-comparativo. É que ambas alcançam a mesma aceleração vital, que é como quem diz o mesmo estado de cultura objectiva e subjectiva.

A vida das gerações *histórico-formais* (digamos assim em contraposição sistemática às gerações *histórico-vitais*), por se desenvolver e prosseguir dominada pela potencialização e ao ritmo incharacterístico da anterior, é nos seus traços gerais apenas imitação passiva, repetição antipática e indiferenciada. São épocas, como eu lhes chamo, de orquestrações uniformes: – *Épocas unissonantes!*

O elemento vital duma geração é caracterizadamente inconformista. Geração significa, por natureza, desobediência: – Crítica e selecção! Criticar já é, por si, seleccionar. Ora, todo o acto de selecção é, ao mesmo tempo, negativo e positivo. E sendo uma geração um estado colectivo de sensibilidade, um estado de alma colectivo eminente e seleccionador, traz consigo duas funções eminentes, duas posições perante o passado: Uma *negativa*; outra *positiva*. Negativa na extensão em que afasta do seu convívio amoroso, rejeitando-os, aqueles elementos de cultura humana que não se adaptam à sua idiosincrasia, precisamente aqueles que, por via dessa inadaptação, não podem ser *vivididos*, positiva, na medida em que os aceita, como se fossem criados por ela própria. Em suma: *na forma como os vive*.

Se a função vital duma geração tivesse apenas por centro gravitativo os limites da cultura acumulada, o seu papel histórico aparecia-nos reduzido, insignificante, vulgar e comum. O seu potencial de vida seria menos intenso, menos elevado, portanto, menos potencial do que a potencialidade do mundo psicodinâmico da geração pretérita. Por isso as gerações de mais acentuada e inconfundível individualidade são as que reduzem a sua extensão panorâmica e vital a um papel extraordinariamente, essencialmente negativo!

O valor duma geração, ou, melhor, a valorização da potencialidade criadora duma geração, não está na razão geométrica em que existe essa potencialidade, mas na razão proporcional em que for *criadora*. A sua vida, para poder manifestar-se em toda a sua plenitude apolínea, não tem nem deve viver, em intensidade ou extensão, a variedade das vidas e das culturas antecedentes. Pelo contrário: é maior vida quanto menos energia contiver a sua função positiva. É mais vida – oh divino paradoxo! – quanto mais negativa.

Assim, uma época (qualquer que ela seja), quanto menos aceitar o passado, portanto, quanto menos tradicionalista for, mais tem de criar para sua própria e necessária satisfação, quer biológica, quer filosoficamente. A Vida alimenta-se de Vida! Logo, o fenómeno de hierarquização vital depende do fatalismo do seu isolamento. Eis porque a individualidade das épocas que, pela sua variabilidade vital, pelo seu dinamismo espontâneo e estranho, marcam uma geração, está na razão inversa do seu conformismo tradicionalista.

Uma época é mais individual quanto mais espontânea. Uma geração é mais vida quanto mais intensamente souber *contemporanizar-se*. E ser contemporânea é ser da sua época, é ser tal qual se é: – É Ser! É adoptar, nos problemas complexos do conhecimento humano, uma teoria própria, criada por si. É estar dentro da relatividade da teoria do seu ponto de vista.

Luís Regala

SIMPLES COISAS⁸⁵

Desfaizei-nos dos ídolos de barro; e, para serdes livres, abri os olhos à verdade.

EPICETETO – *Máximas*

HÁ QUEM ESTRANHE nas novas gerações esquerdistas a atitude de crítica intransigente perante os homens e as instituições dum passado, cujas dolorosas consequências estamos sentindo agora.

Esquecem-se esses falsos censores de que não nos animam as preocupações dum seita, mas as dum Espírito, perante o qual se abaterão todas as conveniências e todos os interesses – forma transitória dum finalidade a que sacrificamos como absoluto. Não há nisto, portanto, irreverência, que só seria para aconselhar numa juventude de indefectível combate, mas apenas respeito considerável por uma *maneira crítica* a que nunca nos furtaremos.

É isto precisamente o que nos destaca como geração, no comodismo intelectual em que fomos educados; porque, desrespeitando as instituições falidas e os homens mais falidos ainda, encontramos apenas na inalterável serenidade dos princípios aquele limite que outrora se procurava no transitório e duvidoso.

Se é este o nosso defeito, melhor ainda será a nossa qualidade.

★

O maior erro das Democracias é, sem dúvida, a transigência dos seus «clerics».

Torna-se necessário, portanto, aos que pretendam canalizar as energias da mocidade contemporânea num sentido amplamente espiritual, a criação de sectores esclarecidos da opinião pública, onde se construam subtilmente campos de irradiação intelectual e moral para disciplina dos impulsos fáceis e dos calorosos, mas irreflectidos, entusiasmos.

Ignorando o critério materialista da massa, liberta-se o espírito e conseqüentemente se irradia espírito; não é decerto pelo desencadear arrebatado das

⁸⁵ *Seara Nova*, n.º 390 (24 Mai.), ano XIII, Lisboa 1934, pp. 89-90.

paixões mais vis que se eleva a colectividade à forte consciência dum sistema de harmonia e auto-correcção, onde se ordene o presente e germine o futuro.

Só sentindo a pressão de uma vigilância crítica universal o indivíduo será levado, também *criticamente*, à imponderável certeza de que a sociedade organizada se não exerce em convergência dos seus interesses e ambições, mas que é ela a primeira a exigir-lhe uma colaboração do seu esforço, na harmonia da construção comum.

Por esta espécie de processo colectivista da personalidade, o indivíduo não se diminui pela limitação num quadro social imposto; antes se liberta e imensamente se dilata na convicção de uma alta finalidade humana, livremente aceite e fervorosamente compreendida.

Sentir-se-á a princípio, na revolta instintiva de todos os seus fundamentos materialistas de animal epicúreo, encerrado num minucioso pragmatismo moral; mas progressivamente se irá constituindo em puro espírito aquela noção do sacrifício que vivamente projecta o homem no futuro e lhe dá o convencimento do seu destino eterno, nesse facto da inteligência, até então inacessível: a Humanidade.



Foi essa missão providencial das Democracias que entre nós se não soube compreender; e tanto mais me surpreendo quanto mais repetidamente vejo a atribuição de um pensamento idealista, submisso à universalidade e imanência dos princípios, aos actores duma república, onde apenas se viveu, fortuitamente se construiu e ridiculamente se morreu, na agitação materialista e efêmera dos homens.

Confusão desastrada de idealismo com romantismo; porque sendo românticos nos meios – ao menos os mais representativos – os objectivos dos propagandistas republicanos eram francamente e conscientemente materialistas nas conclusões. Nessa traição de quase todos os chefes está a explicação da nossa fraudulenta república, que disseminou paixões políticas, onde devia semear, no esforço do laborioso obreiro que já revolve com o pensamento na construção futura, os princípios educativos duma nova sensibilidade, uma nova moral e uma nova consciência. Por isso faliram aturdidamente os seus melhores teóricos,

como Basílio Teles, Arriaga, e tantos outros; e como a desilusão vem arrastada fatalmente pela ilusão passageira, o histerismo da promessa acabou por cansar⁸⁶, a mentira acabou por se esclarecer, e o que fora sonhadora esperança de alguns desprevenidos acabou por morrer no extenuamento de todas as misérias.

De tudo isso não houve ao menos o mérito de fazer surgir um homem ou um pensamento; apenas o pesado encargo de alguns sacrificados lutadores de sempre, na construção de uma mocidade vivamente arrastada nas solicitações desta época ardente, ou dolorosamente comprimida na miséria maior duma falsa reacção.

Salutar exemplo, o da repugnância de certos homens de 70, condenando com o desprezo da sua inteligência argutamente crítica os processos duma tentativa de propaganda republicana que era a implícita condenação de toda autêntica democracia, entendida no seu alto sentido: o campo de realização de certos valores ético-sociais.

Mesmo os mais puros, como António José de Almeida, nunca souberam compreender essa democrática necessidade de uma superior cleresia política, que educasse sem desvairamentos nem perturbações românticas. Homens de turba, era-lhes inacessível o conceito espiritual e pedagógico das verdadeiras democracias; por isso nunca souberam, nem quiseram, nem puderam, educar-se e exceder, com a grandeza que o rótulo lhes impunha, a miséria intelectual e moral da sua época.

Era essa excedência a verdadeira missão requerida pelo momento histórico; mas não percebendo, como ensina o preceito sensato de Pascal, que a verdadeira eloquência zomba da eloquência, todo o seu esforço redundou – sonhadores ingênuos, traficantes desbragados! – na mais balofa e miserável retórica que até então se fizera nesta terra maninha de retóricos.

Eis por que nos batemos.

Janeiro de 1934.

Álvaro Salema

⁸⁶ Georges Guy-Grand, numa obra recente de extrema oportunidade, faz notar que a República francesa, já sexagenária, padece de ter sustentado, desde muito cedo, a excessiva promessa.

DO CONCEITO DE HOMEM INTEGRAL ⁸⁷

NESTE MOMENTO HISTÓRICO um problema abarca toda a Humanidade: estará a actual civilização condenada a perecer, por não ter correspondência com as necessidades sociais e espirituais? Como deverá ser a futura civilização, se a actual se submergir, como parece? Na resposta a estes quesitos debate-se o mais profundo problema vital, o do ser. «É o homem que está em jogo»: o seu destino, o seu comportamento perante o que se desenrola.

É portanto de máxima acuidade esboçar um embora superficial estudo da sua atitude primacial perante o mundo, ou seja, dos fundamentos do seu «eu».

Mesmo considerando sepultadas na aluvião dos tempos as concepções empíricas da vida, elas imperam ainda, depois de expulsas do pensamento, no vasto complexo social. É necessário portanto transportar a afirmação espiritualista do plano abstracto para o plano concreto. Esta tarefa impõe-se-nos, e, crêmo-lo, será a criadora duma nova civilização.

Estabelecida a realidade vital pelo pensamento, como o fez Descartes, resulta que o *modus vivendi* deve ser regulado de acordo com os seus princípios fundamentais:

- O infinitismo;
- A perfectibilidade;
- A libertação;
- O relativismo.

Assim, o primeiro diz-nos que o ser congloba em si parte do todo, que é o infinito ⁸⁸, quer dizer, afirma ⁸⁹ o seu carácter qualitativo de aprofundamento sem término. Mas, à medida que esse aprofundamento se realiza, uma tendência

⁸⁷ *Seana Nova*, n.º 392 (7 Jun.), ano XIII, Lisboa 1934, p. 125.

⁸⁸ *No original*: parte do todo que é, o infinito

⁸⁹ *No original*: afirmar

procura traduzir em termos reais a maior virtude, a maior logicidade⁹⁰, a felicidade, a perfeição, em suma. Porém, um condicionalismo fisiológico impede tal realização, e daí o desejo angustioso de liberdade, que domina o homem, arrastando-o para a perfeição, ultrapassando os obstáculos que surgem.

Sendo contudo infinito cada ser, o conhecimento, infinitamente prolongado, não o alcança, e não tendo conhecimento perfeito é impossível a liberdade completa, e portanto a perfeição integral. Surge pois a necessidade de, abandonando o absoluto, nos colocarmos no relativo.

Estes princípios espirituais têm como primordial consequência a interpretação tolerantista da moral – e a moral é o fundamento da sociedade. Por outro lado, o relativismo conduz-nos à concepção dinâmica de civilização: renovação constante, eterno aperfeiçoamento da Pessoa.

Em face de semelhantes afirmações, concluiremos que o conceito de Homem deverá ser o da Integralidade, quer dizer o Homem, considerado Todo, integra-se no Todo universal, sem perda de personalidade, pelo estabelecimento do equilíbrio interno-externo operado pela razão, numa atitude de objectividade relativa.

Vemos na actual sociedade, em que imperam a actividade brutal e os instintos, predominar, como notou Benda, o inconscientismo, a apologia da intuição pura, da tendência não corrigida pela razão, e um acentuado anti-intelectualismo.

As formas sociais do futuro é preciso no entanto que se afastem desta modalidade e caminhem resolutamente para o equilíbrio do Homem Integral.

Vitorino Magalhães Godinho

⁹⁰ *Leia-se, racionalidade lógica.*

TEMAS PESSOAIS.

H. G. WELLS E O IDEALISMO ACTIVO ⁹¹

NESTA PERTURBADA HORA DE DECADÊNCIA, em que a miséria e a inquietação das acções mesquinamente práticas nos deixam apenas o alucinante desejo de nos perdermos na refrega, ou de procurar no deserto uma íntima liberdade de pensamento, há certos motivos de espiritual interesse que sobremaneira convêm a uma cultura integral da personalidade.

Modelos de acção pessoal e de realização interior, alguns tipos intelectuais do nosso tempo oferecem às gerações novas em busca de certezas, uma base estável de entendimento, e sobretudo uma ordenação de processos do espírito em que seguramente se ordene uma noção revolucionária das realidades contemporâneas.

Escritores ou homens de pensamento, não podem ser actualmente encarados em exclusivo pelo valor abstracto das suas concepções. Ainda mesmo quando orientam a expressão escrita ou falada da sua inteligência num sentido pragmático e socialmente construtivo, é necessário subentender aquela espécie de «comportamento do espírito» com que apresentam em público as suas ideias, e extrair dele por uma crítica, simultaneamente pessoal e atenta aos interesses colectivos da corrente de opinião que se defende, uma sugestão clara, pedagógica e útil, para a cultura do indivíduo. É claro que um artista romântico ou um especulador alheado em disparates metafísicos não possuem essa qualidade social de educar, com o próprio espectáculo da sua inteligência em acção. Um, tendo a presunção de que interessam aos outros os seus sentimentos vazios, ou os devaneios líricos com jovens luarentas e incertas; outro, supondo que os homens continuam em perene idade de Saturno, alimentados em corpo e espírito pela pura contemplação do absoluto que o mago vai desvendando em portentosa eloquência até que outro mago venha distrair os fiéis do altar recente, com outro absoluto e outra eloquência.

⁹¹ *Sena Nova*, n.º 418 (6 Dez.), ano XIII, Lisboa 1934, p. 154-158 (extracto do início e final do artigo, pp. 154, 157-158).

Na época multitudinária a que pertencemos, mais vivamente se verifica o aforismo de Schiller, de que a todos cabe o que se pensa; simplesmente, do mesmo modo que é multitudinária, é também daquela essência crítica em que se elaboram os juízos e apreciações de todos no sentido em que a todos podem utilizar.

Para isto é que não basta espremer sensações íntimas ou especular transcendências: é preciso criar personalidade forte, juízo claro, intenção justa, anseio renovador; e sobretudo obrigar os jogadores dos jogos do espírito a esquecer o seu prazer exclusivamente lúdico, para aceitar uma atitude enérgica, construtiva e abertamente consagrada à reforma profunda da humanidade.

Ao esteta, ao pensador, ao crítico, não basta ainda essa íntima resolução, desde que a confine nos moldes literários dos tempos idos porque à revolta pessoalíssima da sua inteligência terá de corresponder uma modificação essencial nos processos com que a exprime.

Eis o que caracteriza, se não erro, a evolução da cultura no tempo presente: a submissão dos processos literários à necessidade de expandir tão largamente quanto possível aquilo que no intelectual era outrora simples devaneio irresponsável, e que modernamente se transformou em vontade reflectida de participar no combate dos humildes. [...]

Deste idealismo activo e humanitário, desprende-se constantemente – através de toda a obra de Wells – um optimismo enérgico e claro.

Se ainda nos seus primeiros romances fantásticos nos descreve as possibilidades materiais do aniquilamento do homem, estou certo de que é precisamente para conseguir, através dos termos de inverosimilhança em que os estabelece, a crença magnífica numa reforma integral da humanidade.

«A Humanidade faz-se», intitulou Wells um dos seus volumes de mais generosa visão crítica; e para ele, a missão do verdadeiro humanista é precisamente o apostolado dessa crença activa, livre e enérgica, onde todos encontrarão o seu lugar de simpatia e sacrifício.

Muitas vezes o optimismo, por sugestão deturpada da indiferença estóica ou da sublimação espinoziana, tem tomado o aspecto dum voluntário esquecimento da realidade, que permita ao intelectual uma atitude passiva e conformada perante o mal.

O optimismo de Wells não é esse optimismo beatífico e conformado, como o de Pope – «tudo o que está, está bem» – mas um optimismo temperado de anseio idealista e de imoderado impulso para as soluções verdadeiras duma humanidade melhor.

Talvez faltem às suas soluções políticas e económicas, aquelas seguras razões empíricas que caracterizam o marxismo; mas sobra-lhe o poder vibrante dos princípios, entendidos como sugestão inteligente e altruísta, para as realidades dolorosas do nosso tempo.

Eis a lição que nos dá Wells: que a vida do espírito, no seu sentido mais activamente idealista, deve ser inconformismo e por isso mesmo inquietação a ânsia inesgotável de futuro que levou Sócrates a beber a cicuta e Platão a partir para a Sicília.

Lutar pelo universal acesso à vida superior, pacífica e luminosa das ideias, é um motivo de inquietação e portanto de dor a dor benéfica, dos que sabem traduzir, em formas já perfeitas, o seu insaciável desejo de perfeição humana. Mas se vivemos, e mais viveremos ainda, em violenta inquietação, nada mais haverá a pretender, por agora, do que a realização dessa chama perturbadora nas obras daqueles a quem não foram recusadas as possibilidades extremas.

Abandonarmo-nos, sobretudo nesta época que é a senectude extrema de um período da história, e a mocidade heróica duma outra era, é negar as leis eternas do espírito, mas é sobretudo desprezar, em consciente loucura, uma das melhores oportunidades do pensamento humano.

Civilizar é inquietar; porque inquietar é saber prever magistralmente a razão do futuro.

Sob este aspecto, Herbert George Wells é uma personalidade eminentemente civilizadora.

Outubro de 1934.⁹²

Álvaro Salema

⁹² Seguiu-se, em extensa *Nota* ou verdadeiro *post scriptum*, sob expressa assinatura de Álvaro Salema, uma observação crítica a alguns aspectos de leitura da obra de Wells feitos nos *Ensaio II*, de António Sérgio.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O HOMEM-FANTASMA. I ⁹³

*Wie viel bist du von andern unterschieden?
Erkenne dich, leb' mit der Welt in Frieden.*

GOETHE

SE FOSSEMOS A SEGUIR O CONCEITO de disciplina preconizado pelos escritores reaccionários deste século, diferente seria o nosso caminho. Mas aquilo que para eles é regulamento de autoridade, fórmula de preceitos rígidos, para nós significa método voluntário de forças vitais sob o controlo da razão. A estes dois conceitos diferentes correspondem, necessariamente, duas orientações também diferentes.

Toda evolução do pensamento – refiro-me àqueles que sabem pensar – pressupõe sacrifício: a luta entre certas fórmulas válidas do passado que o apego da rotina contaminou e a atitude revolucionária que conduz à alevantada tarefa do raciocínio.

Não é, por isso, em vão que o homem vive em revolução permanente com tudo que represente «estatismo». O grande problema está em conseguir o domínio da disciplina normativa, que pertence à razão, sobre a imanência das forças retardatárias. Só depois de realizada essa disciplina o homem está apto para mais largos voos.

Não te deixes arrastar pelo resultado. A procura da verdade é um caminhar permanente. Extasiar-se pelo gozo e paz fictícios que o «estatismo» dá, mais não é do que o sacrifício da verdade e, sobretudo, um acto de traição à vida. E nunca ao verdadeiro «clerc» foi dado esse direito de deserção.

Toda a grandeza do homem está no sacrifício. Não procures, por isso, a justa recompensa no caminho fácil da vida. Esse só dará, aos que o trilharem, a felicidade efêmera que o vento da desilusão tornará em folhas secas. E àquele – como o homem da fábula – que procura nas veredas tortuosas da crença a

⁹³ *Seara Nova*, n.º 454 (3 Out.), ano XIV, Lisboa 1935, pp. 345-346.

eterna verdade, mais trágica se lhe afigurará a desilusão. Há muito tempo, querido camarada, que os deuses nos abandonaram...

Deixa falar os cépticos desdenhosos, mesmo que te odeiem. Os que se dizem bons e justos, embora nunca tenham cumprido a bondade e a justiça, odeiam-te, porque não pode suportar o seu desprezo. E mesmo os zeladores da boa ordem e os fiéis da verdadeira crença lançam sobre ti os seus piores furores, porque te consideram perigoso. E, contudo, nunca como nesse momento tu foste tão humanamente homem. Deixa[,] por isso, falar os cépticos desdenhosos, mesmo que te odeiem.

Vivemos ainda sob o formalismo das ideias e das opiniões criadas. «A maior parte das pessoas, por muito que possam pensar e dizer do seu *egoísmo*, nada fazem durante a vida pelo seu *ego*, mas tudo unicamente pelo fantasma do seu *ego*, que sobre elas se formou no cérebro dos que as rodeiam, antes de se lhe comunicar... Todos estes homens desconhecidos uns dos outros acreditam nessa coisa abstracta chamada o “homem-ficção”... E tudo isto porque cada indivíduo não sabe opor a este grande número um *ego* verdadeiro, que lhe é próprio, mas que ele afundou na pálida ficção universal que por essa oposição se destruiria...» (Nietzsche, *Aurora*, § 105). Eis aí a palavra profética de Nietzsche, grande criador de mitos violentos.

Nunca a sua paródia do super-homem teve, como neste momento da vida material do século, uma tão chocante realidade. («Foste feliz, oh Zaratustra, em te associar com o cão morto; rebaixando-te desta forma, salvaaste-te por hoje. Mas sai desta cidade, ou amanhã saltarei por cima de ti...») E nunca também, como hoje, a prefiguração dessa vida material – a vida intelectual a que prestamos culto – foi tão decisiva em condenar esse exemplar raro, relegando-o para o passado.

É bem certo que vivemos grandemente na adoração do homem-fantasma, quando todo o nosso desejo se resume na realização do homem humano. «... A estas horas da noite, camarada Tchoumalov, eu penso no futuro. Para os nossos filhos seremos heróis e eles tecerão laudas em torno de nós. Nossa pequena

existência quotidiana, nossa ociosidade forçada e faminta, nossas vigílias comuns, tudo isto será engrandecido em proporções matemáticas, como soe dizer-se. Tudo se reflectirá nas imaginações como uma época de heróicas proezas e de vitórias titânicas. Nós que não somos, tu e eu, senão grãos de poeira entre as massas humanas, aparecer-lhes-emos como gigantes. Engrandece-se e generaliza-se sempre o passado. Nossos filhos não se recordarão dos nossos erros, das nossas crueldades, dos nossos defeitos, das nossas fraquezas, dos nossos sofrimentos e das nossas malditas preocupações. Maravilhados dirão: “Estes homens, cheios de força, não conheciam obstáculos. O destino destes homens era conquistar o mundo”. E considerarão os nossos túmulos como faróis eternos. Quando eu penso nisto, sinto-me, ao mesmo tempo, alegre e tímido: ter, perante a humanidade, tais responsabilidades! O futuro esmaga-me, Tchoumalov; a nossa imortalidade é um fardo muito pesado.» (Fedor Gladkov, *O Cimento*) – Ninguém, até hoje, soube traduzir melhor a tragédia do homem-fantasma...

Nunca os homens se convenceram inteiramente de que o domínio das grandes revoluções sociais não pertence ao absoluto, mas sim ao relativo. É necessário o testemunho histórico vir demonstrar-lhes que toda a sua paixão de grandeza se limita à sua total confiança no homem humano. Por isso reduzir a auréola resplandecente de *herói* às suas humildes proporções mais não é do que desejar que o homem se realize em verdade.

E mesmo àqueles que acreditam na eficácia das morais e da liberdade ponderemos que não é com o «indivíduo só», as «forças imateriais» e a «livre vontade» que eles conseguem construir o mundo...

Manuel Filipe

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O HOMEM-FANTASMA – II ⁹⁴

Nicht nur fort sollt ihr euch pflanzen, sondern hinauf.

NIETZSCHE

NIETZSCHE, GÊNIO MORTIFICADO pela dor que o arrastou para a loucura, é bem o grande teórico do homem moderno. Seu último grito – Nietzsche só sabia gritar – lançado para o futuro, quase à hora da morte, como inexorável profecia: «serei compreendido depois da próxima guerra europeia» –, traduzindo o pesadelo moral da Europa, exprime uma necessidade histórica. E, contudo, para nós, homens ainda deste século de escravos, terrível se nos afigura a sua palavra de libertação. Seja ou não certo que o homem é filho da fraqueza e da iniquidade, indubitável é que a única regra verdadeiramente válida pertence aos fortes, aos «super-homens» que sabem «viver perigosamente». Não é a ordem, a segurança, a salvação o que nós pretendemos realizar. Procuramos qualquer coisa de mais heróico, de mais maravilhoso: «Não é a vida eterna o que importa, mas a vitalidade eterna.» E necessário se torna afirmar que só vencem os que conseguem libertar-se da «moral dos escravos». Só assim poderemos compreender essa «totalidade de existência» perante a sinistra interrogação do destino.

Eis aí a palavra de Nietzsche. Contra o mito e o vulcanismo da ideia que os artistas saudaram como o despertar de um mundo novo, mais viva e humana pesa sobre nós, homens de hoje, esta trágica obrigação: estabelecer o equilíbrio entre os elementos eternos – eternos na mobilidade, no transitório, no devir – que em nós habitam, e o elemento ponderador da consciência – elemento, por sua vez, empírico, relativo, flutuante como os fenómenos, mas, como eles, inexorável – cujo domínio se exerce sobre a insensatez dos nossos desejos e do nosso poder. Este é o grande drama do homem moderno. «A vida está organizada com uma habilidade tão diabólica que, se não se sabe odiá-la, é impossível de amar sinceramente. Esta necessidade de desdobramento da alma, que desnatura profundamente o homem, esta lei do amor através do ódio, condena a vida à des-

⁹⁴ *Sena Nova*, n.º 460 (12 Dez.), ano XIV, Lisboa 1935, pp. 60-62.

truição.» (M. Gorki, *Lenine e o camponês russo*) Vivemos uma das épocas mais trágicas da história. E, contudo, para as gentes de hoje existe a convicção de que nenhum acidente é capaz de interromper a trajetória moral seguida pela humanidade...

Na entrada deste século, para mais aliciar ainda a permanente confusão das lutas, mão enigmática traçou um novo *Mané Thécel Pharés*. So a fatídica profecia, toda a multidão alucinada procura chegar, o mais depressa possível, ao fim. E tão precipitada é a fuga, que os homens por vezes chegam a esquecer-se de si mesmos. A nossa própria civilização – referimo-nos, é evidente, à civilização ocidental – tem vivido grandemente dessa trágica impetuosidade. Aquilo que para o europeu significa dissociação, isolamento, luta para o asiático encontra a sua definitiva solução na grande ideia unitário do mundo.

Para o pensamento oriental – naquilo que ele possui de mais estruturalmente humano – todo o complexo problema se resume na integração da vida nessa grande ideia unitária. Tagore, por exemplo, um dos maiores representantes do pensamento oriental, resumiria toda essa ética normativa nestas palavras: «Vós dais, na Europa, grande importância ao que chamais tempo *de reação*... Para nós, asiáticos, o ideal é exactamente o contrário... A nossa tendência é acolher uma questão inopinada por meio do silêncio e de nos entregarmos, antes de tudo, à reflexão. É que nós colocamos a prudência e a humanidade antes da presteza. Nós preferimos instruir-nos a persuadir, aperfeiçoar-nos a dominar. Não nos interessa vencer, mas compreender.» Na impossibilidade de melhor expressão, diremos: o pensamento ocidental é a *força*; e o pensamento oriental é o *espírito*. Da primeira nasceu esta monstruosidade do nosso tempo: o homem-fantasma – homem idolatrado e por isso desvirtuado.

E Nietzsche é o seu profeta: «Nós, os filósofos e os espíritos livres, ao recebermos a notícia de que o antigo deus morrera, sentimo-nos iluminados por uma nova aurora...; novamente são permitidas todas as tentativas ousadas de quem procura o conhecimento; o mar, o nosso mar largo novamente se abre diante de nós e, porventura, nunca tão largo mar houve como agora, a *guia ciência*... Para a frente! Cerremos os dentes! Apliquemos a vista e com mão firme

governemos o leme!... *Vamos além* da moral, comprimimos, esmagamos talvez assim o nosso resto pessoal de moralidade, pois que vamos à aventura em semelhante caminho, mas também que importância *nós* temos!...» É este o «pensamento livre», a «ação livre», a «flecha do desejo para outras paragens»... Trágico destino o de Zaratustra que falava como um arlequim e, depois de se associar com o cão morto, saiu da cidade...

O homem é sempre o mesmo. Verdade é que a humanidade, ao passar do estado mágico ao estado dialéctico, realizou um ganho considerável. Este ganho é, pelo menos, igual ao que ela, séculos mais tarde, conseguiu quando do estado dialéctico passou ao estado técnico. Mas a verdade é que este ganho não consiste num capital de riquezas morais muito maior, nem numa eficácia mais activa dos princípios directores de uma existência inteligente. Não. Este facto simplesmente nos revela que as malhas da rede que sustêm esse capital adquirido, através dos séculos, pela humanidade, estão hoje, mais do que nunca, apertadas e reforçadas; isto é, ao progresso realizado seguiu-se uma evidente limitação. E assim para o homem moderno, definido pela sua expansão ilimitada do sentimento de poder, existe esta tarefa grandiosa: assegurar, pela sua definição de homem e pelo seu lugar no universo, sua posição no eterno relativismo das leis do mundo. «Dizer que vivemos equivale a afirmar que nos encontramos num ambiente de possibilidades determinadas. A este ambiente costuma chamar-se «as circunstâncias». Toda a vida consiste em encontrar-se dentro da «circunstância» ou do mundo. Porque este é o sentido originário da ideia «mundo». Mundo é o repertório das nossas possibilidades vitais. Não é, pois, qualquer coisa aparte e estranha à nossa vida, mas sim sua autêntica periferia. Representa o que podemos ser; portanto, nossa potencialidade vital. Esta tem de concretizar-se para se realizar, isto é, chegamos a ser só uma parte mínima do que podemos ser. Por isso o mundo nos parece uma coisa tão grande e nós, dentro dele, uma coisa tão pequena. O mundo ou nossa vida possível é sempre mais do que o nosso destino ou vida afectiva.» (J. Ortega y Gasset, *A rebelião das massas*) Perdida para sempre a crença em que o mundo é obra permanente dos seus habitantes; desfeita para sempre a esperança do reino de Deus; quebrada a amarra da vontade

que anima a inteligência, o homem ficou só com todo seu desespero e desejo de libertação, como o náufrago perdido a quem a vaga altaneira deixou ver pela derradeira vez a mancha cinzenta da terra...

É já tempo, querido camarada, de nos habituarmos a construir a vida. Sob a força coordenadora da inteligência e da vontade, lancemos para o futuro o caminho das grandes ideias sacrificadas. É já tempo, querido camarada, de nos libertarmos da cômoda transigência com as fórmulas preestabelecidas e da deificação de certas palavras salvadoras que a vida não comporta. A tirania das palavras: eis aqui um dos factos mais estranhos do nosso tempo, quando, na verdade, a vida tem mudado tanto em torno de nós e nós queremos em vão libertá-la ao vocabulário usado. E nunca a vida exigiu de nós maior esforço como nesta hora de trágico sofrimento e mais vivas esperanças.

Manuel Filipe

UMA ANTI-SEARA EM «SEARA NOVA»

RESUMO:

Dois estudos que constituem duas conferências produzidas em diferentes ciclos, não apresentam, por isso, qualquer sequência previamente concebida. Tendo por traço comum resultarem de um inquérito histórico-sociológico aliás, ainda em fase inicial às elites intelectuais portuguesas nas primeiras décadas do século XX, os textos incidem sobre dois momentos de uma *crise da consciência intelectual* no nosso país que atingiu o seu paroxismo em meados da década de 1930: a primeira abordagem procura pôr em relevo a natureza pequeno-burguesa do pensamento republicano progressista ante a crise da República e recensear o esgotamento da perspectiva demoliberal de renovo cultural e social nas páginas do seu mais importante órgão literário; o segundo estudo desvenda já, no interior das mesmas páginas da revista *Seara Nova*, a intromissão de um pensamento de renovação com que, não obstante a ausência de ruptura explícita com o grupo *seareiro* e sob formas ainda hesitantes, uma jovem geração de intelectuais se colocou num movimento de *republicanização da república*.

AN ANTI-SEARA¹ IN «SEARA NOVA»²

SUMMARY:

Two studies that constitute two conferences produced in different cycles and, therefore, do not present any previously conceived sequence. The common trait between these texts is the fact that they result from an historical-sociological inquiry – still in its initial stage – on the Portuguese intellectual elite in the first decades of the twentieth century; and also that they deal with two moments of a crisis of intellectual conscience in Portugal, which attained its paroxysm in the mid-1930's. The first approach tries to emphasize the petit bourgeois nature of progressist republican thought when it faced the crisis of republic, and to register the exhaustion of demo-liberal perspective of social and cultural renewal in the pages of its most important literary organ. The study already reveals the hesitant intromission of a thought of renewal in the pages of the same revue – *Seara Nova* –, which led a young generation of intellectuals to put itself in a movement of *republicanization of the republic*, despite the absence of an explicit disruption with *Seara's* group.

¹ Portuguese word for 'wheat-field'.

² Critical revue.

ÍNDICE

Introdução	
O pensamento seareiro entre a crise da república e a crítica pela republicanização da república	9
Doutrina e crítica nos jornais e revistas juvenis da década de 1930	
A República e a elite seareira	11
Uma anti-seara em «Seara Nova»	31
Antologia de uma jovem geração em «Seara Nova»	41
Independência do pensamento	45
Gerações e conflitos	46
O que é a literatura do passado para a mocidade do presente	48
O pensamento da moderna poesia portuguesa	50
Dois conceitos	54
Simples coisas	57
Do conceito de homem integral	60
Temas pessoais. H. G. Wells e o idealismo activo	62
Algumas considerações sobre o homem-fantasma – I	65
Algumas considerações sobre o homem-fantasma – II	68
Resumo/Summary	73

Publicados pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX e integrando trabalhos de pequena dimensão que constituem experiências de pesquisa e de reflexão efectuadas no âmbito das suas actividades, os **Cadernos do CEIS20** têm como objectivo ampliar o conhecimento e promover o debate de temas e de problemas do século XX. Cada número será apresentado publicamente e incluirá um breve resumo em inglês e francês.

Os Cadernos do CEIS20 podem ser adquiridos directamente nas instalações do Centro, ou através de encomenda por carta, fax ou e-mail. Prevê-se a sua divulgação posterior através da Internet.

Coordenação: João Rui Pita

ISBN 972-8627-02-5



9 789728 627027